

2379

**FAMÍLIA E POSIÇÃO DE CLASSE: A
SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PELA PRIVAÇÃO
E A SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PROTETIVA**

Vitor Matheus Oliveira de Menezes

TEXTO PARA DISCUSSÃO



FAMÍLIA E POSIÇÃO DE CLASSE: A SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PELA PRIVAÇÃO E A SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PROTETIVA¹

Vitor Matheus Oliveira de Menezes²

1. O autor agradece a leitura e as contribuições feitas por Marco Antônio Carvalho Natalino, Ricardo Gervasio Bastos Visser e dois pareceristas anônimos.

2. Doutorando em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, do Ipea, entre 2015 e 2016. *E-mail*: <vitormatheus_ba@hotmail.com>.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro Esteves Pedro Colnago Junior

ipea

**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

Fabiano Mezadre Pompermayer

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: D10; J12; J13; M52.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	9
3 SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PELA PRIVAÇÃO	14
4 SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PROTETIVA	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

SINOPSE

Este texto para discussão integra os esforços do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, desenvolvido pelo Ipea entre 2015 e 2016. De maneira particular, por uma abordagem qualitativa, a pesquisa analisa as trajetórias de indivíduos residentes na cidade de Salvador, capital baiana, observando-se as experiências de socialização familiar, os percursos em instituições educativas e a inserção ocupacional, bem como o acesso mais amplo a recursos monetários. Como resultado, ao debruçar-se sobre as classes populares, a pesquisa elabora dois tipos de socialização familiar, denominados de socialização familiar pela privação e socialização familiar protetiva.

Palavras-chave: família; classe; trabalho; educação; socialização.

ABSTRACT

This text is part of the project Radiografia do Brasil Contemporâneo, developed by the Ipea between 2015 and 2016. Particularly, by a qualitative approach, the research analyzes the trajectories of individuals living in the city of Salvador, capital of Bahia, noting the experiences of family socialization, the routes in educative institutions, and the occupational insertion, as well as the broader access to monetary resources. As a result, by focusing on the popular classes, the research elaborates two types of family socialization: family socialization by deprivation and protective family socialization.

Keywords: family; class; work; education; socialization.

1 INTRODUÇÃO

Este texto para discussão integra os esforços do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, desenvolvido pelo Ipea entre 2015 e 2016. Particularmente, analisarei como narrativas individuais, produzidas na situação de entrevista, podem evidenciar repertórios desiguais de acesso, acúmulo, transmissão de recursos e oportunidades por meio da esfera familiar. Para isso, assumo a cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, como campo de estudos, problematizando as dinâmicas de socialização familiar em intersecção com as esferas do trabalho – que se ampliam para o acesso a recursos financeiros, por meio de ocupações, heranças e benefícios socioassistenciais – e da escolaridade – abarcando o percurso em instituições educativas, desde a alfabetização até a qualificação laboral. Este texto disserta, no tratamento dessas temáticas, acerca do suporte familiar disponível aos indivíduos, levando em conta a circulação de bens e serviços no ambiente doméstico e em suas ramificações.

No decorrer dos esforços investigativos, a socialização familiar foi tratada como constitutiva da posição de classe, não dependendo, em sua completude, das volições pessoais. Para Bourdieu (2011), tal posição é definida pelo acesso diferenciado às espécies de capital, preponderando nas sociedades capitalistas desenvolvidas o capital econômico, materializado e definido pela posse de riquezas e pertences; e o capital cultural, relativo ao conhecimento incorporado e à formação com validade institucional. A essas espécies, soma-se o capital social, com menor peso relativo – mas não desprezível –, que condiz com as relações interpessoais capazes de garantir o aproveitamento de oportunidades, influência e reconhecimento.

Dialogando com essa perspectiva, a socialização familiar desponta, em sua dimensão material, como a forma particular com que recursos circulam, são apropriados e transmitidos por meio de relações de parentesco, por via intergeracional e intrageracional. Em sua dimensão simbólica, diz respeito às práticas de aprendizado desenvolvidas por meio de processos duráveis de interação social no seio da esfera familiar, que incidem sobre formas de ver e agir no mundo – os *habitus*, seguindo com o vocabulário bourdieusiano – e que terminam por orientar as expectativas e os comportamentos individuais. De maneira complementar, as esferas do trabalho e da escolaridade são vinculadas ao gozo

de recursos e de *status*, imediatamente ou *a posteriori*.¹ Outros fatores entendidos como importantes, tais como o acesso à moradia e as autopercepções de classe, são igualmente adicionados à análise.

Como resultado, os escritos convergem para uma elaboração tipológica, concentrada em indivíduos pertencentes ao que poderíamos chamar de classes populares. Sendo mais preciso, este texto para discussão contribui com a elaboração de dois tipos de socialização familiar, denominados de socialização familiar pela privação e socialização familiar protetiva. Nessa empreitada, veremos como as famílias, manifestando posições de classe dessemelhantes, transmitem recursos diversos, investindo ainda em habilidades e comportamentos esperados em grupos de indivíduos.

Os argumentos presentes no texto contribuem, mesmo que preliminarmente, com a temática das políticas públicas, em específico no rol da política socioassistencial. Seguindo as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (Pnas), a família passa a ser entendida como um *locus* privilegiado de intervenção por parte do Estado, subsidiando a oferta de serviços e benefícios. Esse princípio, denominado de matricialidade sociofamiliar, estabelece a família enquanto um agrupamento passível de monitoramento e auxílio contínuos, como condição para o atendimento de necessidades básicas em situações de escassez.

Ao transitarem por esse campo de debates, os estudos sociológicos sobre a esfera familiar, principalmente quando dedicados às classes populares, defrontam-se com algumas demandas. Por um lado, a família não deve ser compreendida pela contraposição entre dois pontos extremos e opostos, reportados às relações intrafamiliares virtuosas e às patologias familiares a serem evitadas – cabendo ao Estado, por meio da rede socioassistencial, garantir uma confluência positiva. Como veremos, os relatos apontam para significados distintos da experiência familiar, pautados em modos de existência diferenciados, levando em conta a capacidade de mobilizar recursos e introjetar normas e padrões de ação.

Por outro lado, essas considerações trazem consigo um desafio adicional: como evitar o discurso normativo sem relativizar a reprodução de desigualdades, em suas

1. Tais categorias instrumentalizam os capitais econômico e cultural. No entanto, ainda que extrapoladas para a obtenção de recursos financeiros e para o trânsito em instituições educativas, essas temáticas não esgotam o significado das referidas espécies de capital, servindo como uma focalização dos esforços investigativos.

múltiplas expressões, na esfera familiar. O abismo entre a transmissão garantida de capitais e as experiências de privação, mais do que desvelar modos de existência que são apenas diferentes, aponta para uma realidade segmentada e com obstáculos perenes à democratização do acesso ao bem-estar. Cabe a esta pesquisa, pois, entender quais os determinantes para experiências tão díspares e como a esfera familiar atua para a perpetuação ou a transformação das condições de vida.

Instrumentalizando essas preocupações, evidenciarei na seção seguinte os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, tratando da seleção dos interlocutores, da coleta de dados e da análise das narrativas. As duas seções posteriores voltam-se à argumentação dos tipos; esforço sucedido por uma abordagem panorâmica na última etapa do texto.

2 METODOLOGIA

A delimitação da amostra deu-se por meio de perfis pessoais estabelecidos pelo Ipea, com base nas características ocupacionais e de residência dos interlocutores. Os dois indicadores justificam-se pela capacidade de sintetizar as condições de vida individuais e familiares do entrevistado, permitindo uma observação preliminar tanto de suas condições de vida, a partir do salário e da infraestrutura urbana, quanto de seu *status*, pelo reconhecimento diferencial das ocupações e da moradia/entorno. Em um primeiro momento, sob orientação do Ipea, a pesquisa assumiu a tipologia de Souza (2009; 2012) como ponto de partida da busca ativa, fazendo uso de cotas internas de vinculação à “ralé estrutural” e aos “batalhadores” para assegurar o equilíbrio e a diversidade da amostra.²

Segundo Souza (2009), a ralé estrutural representa uma classe de indivíduos com acesso extremamente restrito a recursos, aliados do reconhecimento enquanto “produtores úteis” na sociedade capitalista. Com repertórios alheios ao comportamento e ao conhecimento tidos como adequados ao mercado competitivo, a ralé condiz com uma massa de indivíduos limitada a reproduzir-se enquanto corpos capazes de investir energia muscular (Souza, 2009). Vale ressaltar, seguindo esse raciocínio, que a exclusão desse grupo do mercado, tanto de trabalho quanto de bens e serviços, é transmitida

2. A pesquisa mais geral incluiu setores da classe média, não tratados neste texto para discussão.

intergeracionalmente pela socialização familiar, reproduzida pelas instituições e aceita como justa e natural.

Os batalhadores, por sua vez, ainda que apresentem trajetórias marcadas pela precarização, são dotados de recursos que possibilitam relativa ascensão social, sendo introjetadas, a partir da esfera familiar, formas de ação e pensamento voltadas à inclusão produtiva (Souza, 2012). Isso traduz o que Souza chama de capital familiar, alicerçado na transmissão de uma forte ética do trabalho e no aprendizado de conhecimento profissionalmente útil,³ fomentando trajetórias de relativo acúmulo de capital cultural. Contudo, a ascensão dos batalhadores ancora-se em trajetórias marcadamente vulneráveis, expressas por meio de duplas jornadas de trabalho – muitas vezes precoces –, conciliação do trabalho com a escola e poupança austera pela limitação do consumo.

Assim, no que diz respeito à caracterização ocupacional, como primeiro parâmetro da busca ativa, a investigação partiu de tabela elaborada pela equipe técnica do Ipea, com base em pesquisas anteriores e em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os indivíduos pertencentes à ralé estrutural, então, foram identificados previamente como trabalhadores domésticos, catadores de materiais recicláveis, flanelinhas/vigias de carro, vendedores ambulantes e trabalhadores da construção civil sem qualificação. Em seguida, os batalhadores foram associados: aos trabalhadores no ramo de serviços e *telemarketing*; aos autônomos de transporte; aos garçons; aos pequenos comerciantes; aos vendedores/balconistas; aos trabalhadores da construção civil com qualificação; aos trabalhadores em serviços de escritório; aos professores de ensino fundamental; aos trabalhadores elementares da indústria de transformação; e aos trabalhadores no ramo de segurança. Para a operacionalização de tais perfis, além de lograr o contato com sindicatos,⁴ realizei abordagens diretas em locais de trabalho, contando por vezes com a mobilização anterior de contatos.

Porém, o enquadramento profissional serviu como um marco inicial para a busca ativa, sendo recorrente a modificação do perfil do entrevistado a partir do desenrolar da entrevista – representando um distanciamento do perfil esperado. Da mesma forma, esse enquadramento foi imaginado como uma forma de padronização e nivelamento

3. Com destaque para um conjunto de disposições, tais como a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo, que subsidiam a inclusão produtiva (Souza, 2012).

4. Particularmente, o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia (Sindoméstico-BA) e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia (Sintracom-BA).

das iniciativas particulares dos pesquisadores. Coube a estes, portanto, a adaptação dos marcos mais amplos em seus contextos locais de pesquisa, não invisibilizando perfis profissionais que estivessem alheios às sugestões iniciais. Logo, a caracterização ocupacional serviu como uma indicação inicial, passível de ampliação, verificação e alteração pelo levantamento dos dados.

Já para a visita domiciliar, fiz uso da plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil,⁵ por meio da qual é possível averiguar indicadores sociodemográficos em unidades de análise intrametropolitanas, chamadas de unidades de desenvolvimento humano (UDHs). Três bairros foram alvo da busca ativa nesta pesquisa: Jardim Cajazeiras (duas entrevistas), São Lázaro (duas entrevistas) e Bairro da Paz (três entrevistas).

O bairro de Jardim Cajazeiras foi selecionado devido à existência de contatos prévios, oriundos de pesquisa anterior, localizados especificamente no Residencial Jardim Cajazeiras, conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) destinado à faixa 1.⁶ Da mesma forma, o bairro, com renda média *per capita* de R\$ 464,00 e com índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,663, mostrou-se promissor para a realização de entrevistas com indivíduos de classes populares.

O bairro de São Lázaro foi escolhido por uma particularidade socioespacial: com indicadores relativamente próximos da média municipal (R\$ 798,00 de renda *per capita* e 0,775,00 de IDH, enquanto Salvador apresenta, respectivamente, R\$ 973,00 e 0,759). Sua UDH (Igreja de São Lázaro) está inserida entre os bairros da Barra e de Ondina, localizados na orla marítima norte, com maior oferta de bens e serviços urbanos. Por esse motivo, a localidade expressa diferenciações em relação a outros bairros estudados, submetidos aos efeitos do espraiamento urbano.

Finalmente, o Bairro da Paz foi escolhido pela comunicação prévia com potenciais interlocutores, possibilitada por um pesquisador e morador da localidade,⁷ elemento facilitador das abordagens domiciliares. Da mesma forma, com renda *per capita* de R\$ 365,00 e IDH de 0,617, o bairro representa uma localidade paradigmática de ocupação popular do espaço urbano, contando com ampla estratificação social interna.

5. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>.

6. Para beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00.

7. O sociólogo Thiago Neri, com ampla experiência de pesquisa na localidade supracitada.

A seleção decorrente condiz, na perspectiva de Pires (2014), com uma amostra qualitativa do tipo contraste-saturação. Voltada para fins classificatórios, essa amostra é indicada para pesquisas debruçadas sobre um número intermediário de casos, associados principalmente a relatos orais e temáticos. Segundo Pires (2014), a amostra por contraste-saturação assume como principal objetivo o agrupamento das entrevistas, tendo em vista a proximidade dos atributos pessoais e dos dados presentes nas falas – no caso, as narrativas de socialização familiar. Em decorrência do esforço classificatório, os grupos de entrevistas foram convertidos em tipos com relativa coerência interna, comparados entre si e diversificados internamente. Portanto, a análise trata as narrativas como não autônomas, uma vez que a construção dos tipos privilegia a homogeneidade dos elementos entendidos como mais significativos.

Como salientei, o *corpus* desta pesquisa é formado por um conjunto de discursos produzidos na situação da entrevista, despontando, portanto, como desdobramentos de processos comunicacionais gestados na relação pesquisador-interlocutores. Segundo Gaskell (2013), o uso de entrevistas em trabalhos qualitativos serve à compreensão das crenças, das atitudes, dos valores e das motivações que orientam o comportamento de indivíduos em determinadas situações. Com isso, a análise das entrevistas não condiz com uma contagem de opiniões, mas, sim, com a exploração das diferentes representações elaboradas acerca de uma temática. Ao tratar da socialização familiar, então, analiso-a enquanto um conjunto de “ações interpretadas” (Deslauriers e Kérisit, 2014), evocadas por meio de sentidos específicos, que, mobilizados por atos de linguagem, compõem a narrativa individual.

Desse modo, o principal objetivo das entrevistas foi incentivar e facilitar a elaboração de relatos biográficos, inquirindo os interlocutores a narrarem acontecimentos localizados em diferentes etapas de suas trajetórias; esforço capaz de evidenciar certas redefinições das práticas familiares no percurso individual. Ao tratar das famílias, assumi como válido os significados mobilizados pelos próprios entrevistados, já que estes se direcionam aos nós da rede que efetivamente são reconhecidos e ativados no cotidiano. Embora seja possível identificar nos relatos a confluência de parentes consanguíneos e não consanguíneos, escapo dessa distinção no corpo da análise.

Vale notar que, para além de um encadeamento sequencial de acontecimentos, as narrativas abarcam um conjunto de apreciações por parte dos interlocutores, revelando

“a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço” (Jovchelovitch e Bauer, 2013, p. 110). A biografia consiste em uma revisita à própria trajetória, por meio de um esforço reflexivo que transmite determinada visão de mundo ao ser externalizado. No caso desta pesquisa, ao transmutar a família em uma história contada, as narrativas evidenciam certos princípios avaliativos, que projetam modos de existência percebidos como desejáveis. É coerente afirmar que a história contada – no caso, a narrativa de socialização familiar – sempre é a argumentação de um ponto de vista entre tantos outros possíveis, trazendo em seu bojo a valoração que subjaz o ato de relatar algo em um processo comunicacional. Sob essa ótica, ganha relevo que as falas, voltadas para os projetos compartilhados de mobilidade social e para o atendimento de expectativas no âmbito da esfera doméstica, evidenciam certos ideais de família a serem perseguidos.

Visando à garantia do anonimato, os entrevistados foram nomeados como interlocutores, seguidos por números de identificação, de um a treze. Nas falas mais substantivas, as citações são seguidas por ocupação, idade e bairro de residência dos entrevistados. Com o propósito de facilitar a leitura, a tabela 1 apresenta as principais características dos perfis individuais.

TABELA 1
Perfil dos indivíduos entrevistados

Número do(a) interlocutor(a)	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão (caso desempregado(a), profissão anterior)	Rendimentos individuais (valores aproximados em R\$)	Bairro de residência
1	F	25	Fundamental incompleto	Desempregada (empregada doméstica)	-	Valéria
2	M	43	Não lembra	Coletor de lixo e material reciclável	700	Jardim Cajazeiras
3	M	36	Fundamental incompleto	Desempregado (operário da construção civil)	-	Situação de rua
4	M	33	Fundamental incompleto	Guardador de carros	200	Nordeste de Amaralina
5	M	24	Fundamental incompleto	Pescador	1.700	São Lázaro
6	M	64	Fundamental incompleto	Comerciante	1.000	Jardim Cajazeiras
7	F	43	Fundamental incompleto	Secretária	Salário mínimo	Estrada Velha do Aeroporto
8	M	31	Superior incompleto	Desempregado (professor comunitário)	-	Bairro da Paz
9	M	21	Fundamental incompleto (ainda frequenta)	Barbeiro	480	Bairro da Paz
10	F	27	Médio completo	Cabeleireira	2.200	Bairro da Paz
11	F	53	Superior completo	Secretária	2.138	São Caetano
12	F	30	Médio incompleto	Costureira	Salário mínimo	Plataforma
13	M	53	Fundamental incompleto	Porteiro	1.120	Itapuã

Elaboração do autor.

Como antecipado na primeira seção, os tipos são compostos por três dimensões analíticas: as narrativas acerca das relações de parentesco, tendo em vista o papel assumido na esfera familiar nos diferentes momentos da biografia do entrevistado; a trajetória escolar individual, assim como o papel da família em prover suporte – ou não – para tal percurso, abarcando a participação em instituições educativas, desde a alfabetização até o ensino superior; e a inserção e a participação do interlocutor no mercado de trabalho, levando em conta a importância da família para tal processo, bem como seus resultados para a reprodução social familiar. Este último tema é ampliado para o acesso a recursos financeiros de maneira geral, por meio de ocupações, heranças e benefícios socioassistenciais. Finalmente, incremento os tipos com o acesso à moradia e as autopercepções de classe.

Desse modo, as seções seguintes abarcam os principais resultados da investigação. Nelas, a socialização familiar pela privação e a socialização familiar protetiva são, para fins didáticos, tratadas separadamente.

3 SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PELA PRIVAÇÃO

Nesse tipo de socialização, a família emerge como uma esfera de necessidades insatisfeitas, abarcando histórias marcadas por profundos processos de vulnerabilidade. Logo, ganha realce o não atendimento de expectativas associadas à vida familiar, pelas quais os entrevistados evidenciam, em graus e combinações variadas, a baixa capacidade da família em prover conforto e suporte cotidiano, em sua dimensão material e/ou afetiva. Com a negação de tais expectativas, as biografias são descritas enquanto realidades destoantes de uma normalidade, uma idealização.

No corpo desta seção, pretendo explicar como a socialização familiar pela privação é definida pelo acesso insuficiente às espécies de capital, convergindo para uma reprodução intergeracional da precarização das condições de vida. Em uma sociedade com graves disparidades socioeconômicas, com baixa presença do Estado na provisão de bens e serviços, e com alta responsabilização da família em arcar com custos da reprodução social, vê-se um contexto familiar no qual a experiência do parentesco não desemboca na proteção dos indivíduos, ou na garantia de sua projeção a partir do acúmulo das diferentes espécies de capital. Por impossibilidades objetivas, esses arranjos familiares representam esferas de sociabilidade nas quais mínimos de bem-estar são alvo de disputas

cotidianas, por vezes não alcançados. Como bem ilustrou um dos entrevistados, “pra sobreviver, é uma guerra”.

Introduzindo a abordagem empírica, tratarei a seguir de trechos de duas narrativas, na tentativa de ilustrar empiricamente como a prática familiar é interpretada e significada a partir do discurso. Vale notar que a esfera familiar é apresentada de forma mutável, levando em conta os recursos disponíveis aos entrevistados, o papel familiar assumido na unidade doméstica, e o rompimento e a criação de novos relacionamentos. Verifica-se, a partir dessa perspectiva, que a forma com que a vulnerabilidade é experimentada no cotidiano propicia a produção de narrativas diferenciadas sobre o vínculo, associadas aos impactos diversos da rede familiar nas trajetórias individuais.

A interlocutora 1, conferindo maior ênfase ao período subsequente à separação dos pais, nos fala que o ambiente doméstico, no qual conviviam a entrevistada, sua mãe e uma irmã, era marcado pela ausência de alimentos. Durante certo tempo, seu pai arcou com alguns custos básicos, embora tenha abandonado essa postura ao iniciar outro casamento. A mãe, na época doente, não podia trabalhar, o que terminava por agravar o quadro de carências. Com o falecimento desta, a entrevistada passou a morar com o pai e a madrasta; época recuperada como um momento de grandes conflitos e abandono. Em seguida, recebeu a proposta de residir com uma ex-sogra de sua irmã, negando o convite pela certeza de obstrução da saída de casa pelo pai. Após este afirmar que a mudança de moradia não era algo visto como negativo, sendo uma escolha apenas sua, decidiu sair de casa, evento marcado por profundas mágoas.

Atualmente, o pai é apresentado como uma figura não solidária, indiferente aos anseios da entrevistada. Como diz, “se eu não tiver dinheiro pra pagar meu aluguel, ele não paga. Então, eu tenho que me virar mesmo, fazer alguma coisa, pra poder conseguir, pra pagar”. Segundo a interlocutora 1, “sempre minha vida foi assim; eu tinha que pensar em mim, em mim, em mim”, pois “eu não tenho praticamente ninguém pra me ajudar”. As falas convergem para a negação da família enquanto uma esfera possível de ativação de recursos, materiais e afetivos, o que acarreta a maior dependência da entrevistada de pessoas externas ao seio familiar. Em decorrência, a interlocutora 1 aponta nunca ter existido uma família que se preocupasse com suas necessidades e desejos, sendo inclusive incapaz de discorrer na entrevista sobre o que seria uma família para ela, ou sobre a importância da família para um indivíduo. O seu sustento sempre dependeu, precocemente e em ocupações insatisfatórias, apenas da sua força de trabalho.

Nos dias atuais, é possível identificar certa mudança nesse quadro, embora com grande piora das condições financeiras. Hoje a interlocutora reside com a irmã e três sobrinhos em uma casa alugada no bairro de Valéria. Com apenas um quarto, o domicílio é visto como insuficiente para todos, ainda que seja percebido como razoável, levando em conta o parco rendimento familiar. No momento, as duas provedoras estão desempregadas, sendo que a única fonte de dinheiro para o sustento da casa e o custeio de despesas é o benefício da irmã pelo Bolsa Família. Como argumenta, o programa representa um recurso central para a subsistência doméstica, embora o cumprimento das condicionalidades esteja comprometido pela ausência de recursos. Segundo a interlocutora 1, “minha irmã ganha, a gente precisa e bastante. E é tanto que o dinheiro que ela recebe, se ela for dar aos meninos como é devido, né? Ir pra escola, para comprar material, a gente não vai comprar o que comer em casa”. Contudo, mesmo anotando um quadro de grande carência, evidenciado pela insegurança alimentar e pelo adensamento residencial, a entrevistada enxerga como positivo o ambiente doméstico atual, em contraste ao passado:

Antes, a casa [em] que eu vivia, vamos supor assim, tinha um pouco de mais luxo, mas porém não tinha harmonia em casa. Que como eu convivia assim, quando eu vivi com minha madrasta, então a casa era grande e tudo, tudo direitinho; tinha, vamos supor assim, o horário de almoço e tudo, mas porém não tinha o amor, entendeu? (...) Eu tenho três sobrinhos, todos os três adolescentes, e minha sobrinha tem uma filha, então a situação tá bem difícil, mas porém a gente tem aquela paz em casa. Pode faltar comida, pode não ter o dinheiro do aluguel, mas porém a gente vive em paz, em relação a isso, a gente não vive discutindo igual era antes (Interlocutora 1, desempregada, 25 anos, moradora de Valéria).

Entendendo que a família seria algo que “olhasse” por ela, principalmente antes da idade adulta, a interlocutora 1 demarca a fragilidade, ou mesmo a inexistência, do cuidado familiar em sua trajetória; elemento que evidentemente possui profundos impactos no acesso à escolaridade e na inserção laboral. Em suma, a família é apresentada pela interlocutora a partir do não atendimento de expectativas individuais sobre um modo de existência percebido como útil e desejável. Esse elemento, que assume centralidade nos discursos dedicados à socialização familiar pela privação, é ilustrado igualmente pelo interlocutor 5, quando questionado sobre o acompanhamento dos pais no seu desenvolvimento escolar. Segundo o entrevistado, o acompanhamento “deveria” acontecer, mas foi impossibilitado pela falta de tempo dos pais, sobrecarregados com a jornada de trabalho. Outro exemplo, como veremos adiante, foi informado pelo interlocutor 4, que ressalta a falta de recursos familiares para a garantia de conforto aos membros da esfera doméstica.

Todavia, a caracterização da experiência familiar não é uma via de mão única. Defrontei-me no trabalho de campo, da mesma forma, com o não atendimento de expectativas da família sobre o indivíduo. Se no primeiro elemento falei de um processo que se origina no indivíduo e significa a família, nesse caso, coloco em relevo a valoração do indivíduo pela família, com base em projetos concebidos nas relações de parentesco. O interlocutor 2 argumenta, nesse âmbito, que a fragilização do vínculo familiar em sua trajetória se deu devido à percepção negativa dos familiares sobre sua postura e escolhas. Segundo o entrevistado, teve uma vida “sem consequência”, sendo sua adolescência resumida a “praia e droga (...), a única coisa que tinha a porta aberta pra mim era a droga; o resto das portas tudo era fechada”:

Eu era o ovelha negra – ou seja, o descartável. Sobrevivia por guerra (...). Aí me aceitavam e aturavam, porque não tinha jeito. Até que eu levei uns cinco anos dormindo em cima da laje da minha própria família. Foi um plástico e três paus (...). Nunca tive, nunca tive ninguém pra me olhar (...). Eu tinha que sobreviver mesmo. Tudo que eu fizesse de errado, eu ia ser pago, eu não ia ter ninguém pra me apoiar, então eu fazia de tudo escondido pra nunca errar (...). Como até hoje eu tenho dois irmãos que não fala (*sic*) comigo, os únicos dois que tem não fala (Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras).

Para o interlocutor 2, ele ainda estaria em um processo de “juízo” pela família; algo que o tornou um indivíduo “descartável”. O resultado do julgamento, em curso desde a infância – já que, como aponta, necessitou relacionar-se com pessoas de “índoles mais perigosas para sobreviver” –, produziu sanções ao entrevistado, como a proibição de coresidência, a ruptura de vínculos e a negação de recursos. Como descreve, optou por uma saída extremamente precoce de casa, ainda aos 10 anos, retornando aos 13. Aos 15 anos, participou de sua primeira ocupação de terra urbana, sozinho.

Uma mudança importante em sua trajetória foi o início de uma família há quinze anos. Atualmente, mora no Residencial Jardim Cajazeiras, conjunto habitacional do MCMV localizado no bairro de mesmo nome, juntamente à esposa, aos quatro filhos consanguíneos e a dois de criação. Verifica-se na entrevista uma reorientação da caracterização da esfera familiar, desaparecendo das falas o estigma enquanto um “descartável” e ganhando destaque a tomada de um papel central enquanto organizador da esfera doméstica, tanto na provisão financeira quanto no cuidado da casa. Porém, a centralidade da família na dimensão relacional do cotidiano não significa a interrupção de um ciclo de necessidades insatisfeitas. Como diz, “desempregado, cuidar de gente doente [sua esposa], ainda duas

crianças; desempregado é barril. Não queira dar os pulos como eu dou, não, que você vai ficar meio ruim; amanhã, sua perna vai inchar. É uma loucura”.

Hoje em dia, o entrevistado anota uma modificação das condições de vida para as gerações mais novas. A infância de seus filhos, ao contrário da sua, “é dez”, sendo que “eu sonho pra que meus filhos amanhã, depois, escolham o que quer (*sic*) ser. Se ele escolher o que quer ser, e tiver essa oportunidade, já agradeço muito a Deus”. Embora pareça algo de menor valor, que não demarque propriamente uma trajetória de ascensão de classe, esse elemento se apresenta como de extrema relevância para o entrevistado. Como afirma, nunca teve condições de realizar escolhas, “pra mim, o que tava nos dedos era o que servia”. Essa mudança, cabe ênfase, é demarcada como uma transformação intergeracional possibilitada pelo novo caráter da esfera familiar. Entretanto, esse caráter não é apresentado como suficiente para o acesso a patamares mais estáveis de bem-estar, assim como verificado por meio da trajetória profissional, das condições de habitação e do acesso à escolaridade pelos filhos.⁸ Verifica-se aqui a principal distinção entre a socialização familiar pela privação e a socialização familiar protetiva, o segundo tipo a ser problematizado neste texto para discussão.

Portanto, as diferentes temporalidades que compõem as biografias possuem como ponto de partida um visível distanciamento entre as expectativas de proteção social, enquadrada no rol das responsabilidades familiares, e o cotidiano das unidades domésticas. Seguindo esse raciocínio, é nítido que a carência de recursos é um fator que perpassa a socialização familiar, o que me leva a despender uma discussão mais detida sobre o acesso às espécies de capital nos trechos seguintes, ampliando o escopo de análise para outras narrativas.

No que diz respeito às trajetórias ocupacionais, nota-se a evocação do trabalho extremamente precoce, somado à insegurança financeira e à dificuldade de permanência no emprego. Da mesma forma, a experiência do trabalho é narrada como algo alheio a escolhas, limitado à busca por acesso a bens essenciais. Ao contrário dos outros tipos, despontam com maior intensidade a qualificação pela prática, bem como a ausência de discursos desse tipo, em detrimento de cursos formais com reconhecimento institucional.

8. Como já relatado, um dos obstáculos para a obtenção do Bolsa Família diz respeito à demolição recente da antiga escola de seus filhos, que foram transferidos para um contêiner improvisado.

Então, sempre foi assim minha vida mesmo, tinha que trabalhar e, como nunca trabalhei fixo, tinha que me virar aqui, me virar ali, mas tá sempre pensando em algo pra se alimentar, entendeu, ou pra se vestir, pra não precisar fazer algo de errado (...). Eu não tô na condição de tá escolhendo serviço (...). Hoje em dia, tá difícil encontrar pessoas assim [empregadores que respeitem direitos trabalhistas], que respeitem o horário dos funcionários. Muito difícil (...). Esse último que eu tava mesmo, eu pegava 6h da manhã, largava 9h40 da noite. E mesmo assim fiquei sete meses trabalhando com eles lá, e agora nesse mês que passou eles me demitiram e ainda disse (*sic*) na minha cara que eu tinha direito pra receber na casa deles só R\$ 300,00 (Interlocutora 1, desempregada, 25 anos, moradora de Valéria).

Falta alguma coisa. Esse dinheiro, eu pego aqui, falta alguma coisa (...), não é suficiente. Sabe por que não é suficiente? Porque eu pego esse dinheiro aqui, vou ali na Rede Mix aqui, compro, faço uma feirinha, de uma carne, uma farinha, um arrozinho, feijãozinho, levo pra casa, acabou o dinheiro (...). Tô aqui fazendo o corre; muitos dá aqui, muitos não dá, muitos dá trocadinho, muitos não dá trocado. Muitos dá sugestões, muitos dá piada (...). Que tem, a maioria dos caras que têm carro, que chega na vaga pra querer botar o carro, quer dar sugestões, quer botar dedo na cara do outro. Quer ameaçar o outro (...), ameaçar, “é o que rapaz? Aqui não é seu rapaz, não vou pagar nada não” (...). Eu que sou um pobre coitado, um negro trabalhador, sofredor, você quer me bater, fazer acontecer comigo, chamar a polícia (Interlocutor 4, guardador de carros, 33 anos, morador do Nordeste de Amaralina).

Eu trabalhei mais como sapateiro, trabalhei também como ajudante de polidor, polidor de carro, frentista (...), ajudante de pedreiro também (...). Fui aprendendo na prática (Interlocutor 5, pescador, 24 anos, morador de São Lázaro).

As condições laborais são evocadas sob o discurso da precariedade extrema, em trabalhos sujeitos a perigos, humilhações e com pouco acesso a direitos trabalhistas; trajetória iniciada desde a infância. Não havendo associação com a satisfação pessoal ou o crescimento profissional, as falas evidenciam, como consequência da necessidade de sustento da esfera doméstica, a submissão a condições de trabalho inadequadas. Então, a provisão de recursos à família é percebida como uma tentativa de garantir a sobrevivência e o atendimento de carências básicas. Os relatos sobre as ocupações fundamentam-se, ainda, na fluidez do acesso ao trabalho, ganhando destaque a produção de narrativas sobre o desemprego; situação permanente ou sazonal experimentada pelos indivíduos. Tais narrativas se fundam nas características do território de moradia, com baixa oferta de empregos e distante de centros urbanos, e nas características dos próprios entrevistados, submetidos aos impactos da saída da escola e aos problemas oriundos de certas ocupações específicas, percebidas como desprotegidas e vulneráveis.

Ao falarmos dos recursos familiares escassos, seguindo com a preocupação relativa ao capital econômico, cabe ressaltar a participação do programa Bolsa Família nos rendimentos familiares. Com impacto significativo nas narrativas de bem-estar, o benefício apresenta-se como elemento garantidor de maior estabilidade aos interlocutores. Porém, evidentemente tal rendimento não é suficiente para a efetivação de trajetórias positivas de classe, servindo apenas como suporte para a satisfação mínima de carências e garantindo a sobrevivência familiar em situações de exclusão de membros da família do mercado de trabalho. Com diz o interlocutor 2, “ele [o benefício] caiu como uma luva”. Contudo, “é um remédio que você sabe que não vai curar”, já que “é só pra você ter uma garantia de um gás, um recibo de água, um recibo de luz. O Bolsa Família só serve mais pra isso”. Chama atenção, para além da limitação dessa renda, que as condicionalidades e as etapas do cadastro acabam por vezes servindo como barreiras para a obtenção do benefício. O cumprimento das condicionalidades, ainda que toquem em direitos fundamentais (acesso a saúde e educação), depende da ativação de recursos e nós da rede familiar, ambos com nítidas limitações. Além disso, é possível observar uma defasagem na relação dos indivíduos com a burocracia estatal; fator que repercute em obstruções à efetivação dos benefícios. Dessa forma, os discursos sobre a perda do benefício, ou a dificuldade de sua obtenção, mostram-se importantes, assim como apontado anteriormente pela interlocutora 1.

Eles estavam frequentando a escola lá de Coutos, mas teve que demolir, botaram eles num, nesses negócios de carro, esses (...), aquele negócio que tão botando pra fazer delegacia, como é o nome daquela peste? Esses contêiner (*sic*). Ele botou esse tal de carro móvel pra poder dar aula a esses meninos, mas é muito abafado, e não tem dever, e pela idade dele, de 4 anos (...). Eu segurei esse ano aí, porque ela teve que transferir pra cá pra poder (...), pra eu cuidar dela [esposa]. Aí nesse instante mesmo, mandei ela [esposa] lá embaixo no colégio, segurava pelo menos esses dois mês (*sic*), por causa do Bolsa Família dela, mas não consegui, não.

Ah, ela recebe o Bolsa Família (...)?

Eles não tão indo pro colégio, e ela não soube alegar. Pra ela alegar lá, porque teve que demolir o colégio (Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras).

Sim, porque eu fiz meu Bolsa Família, desde o meu cadastro do Minha Casa Minha Vida, e nunca (...). Já recorri na prefeitura, fui no NAD,⁹ peguei toda a papelada (...), mas o meu Bolsa Família jamais (Interlocutor 6, comerciante, 64 anos, morador de Jardim Cajazeiras).

9. Após a entrevista, restaram dúvidas quanto ao significado da sigla NAD.

À entrada precoce no mercado de trabalho, combinam-se outros elementos com efeito negativo para a escolaridade, como a baixa perspectiva de resultados dos estudos e as condições precárias de acesso à educação. Nesse âmbito, as narrativas sobre a escola fundam-se na temática do abandono, evocado enquanto uma necessidade objetiva, para além da vontade individual. Como afirma a interlocutora 1, “não fui pra área dos estudos também não. Porque não consegui completar os estudos. Eu sempre tive que escolher, ou estudar, ou trabalhar, então eu preferia trabalhar”. Quando passou a estudar à noite, não conseguia, após um dia de trabalho como empregada doméstica, ter “aquela mente aberta de pegar totalmente os estudos”. Essa situação, segundo a entrevistada, permanece nos dias atuais, já que, se for optar entre o estudo e o trabalho, “eu tenho que trabalhar. Eu sei que o estudo é muito importante, mas na situação que eu vivo eu não posso pensar só em estudar, entendeu? (...) Meu trabalho pra mim fica em primeiro lugar”. De forma semelhante, a interlocutora 7 descreve:

Eu não estudei, estudei até a sétima série, não dá pra dizer que eu tive oportunidade não, porque não tive (...). Vim pra aqui, mas não tive oportunidade, porque eu tinha que escolher, ou trabalhava, ou estudava, porque meu trabalho nunca coincidia com o horário do estudo (...). Meu primeiro trabalho foi tomar conta de (...), babá. Depois fui trabalhar de doméstica mesmo. E só que o horário que eu saía de lá, nunca dava pra (...). Eu me matriculei até nesse Isba [Instituto Social da Bahia] aqui à noite; você só paga matrícula e depois não paga mensalidade. Mas não dava, porque eu só chegava no colégio 8h, 8h30, 9h. Às vezes nem ia, porque não dava; a mulher chegava em casa, no horário dela também que era complicado, que ela trabalhava em Camaçari, era complicado (...), aí não dava, não tinha como estudar não. Às vezes estudava, estudava, mas não concluía; estudava três, quatro meses e não terminava. E aí fui pra rua, e aí que lenhou tudo mesmo (Interlocutora 7, secretária, 43 anos, moradora do Residencial Bosque das Bromélias, bairro Estrada Velha do Aeroporto).

No que diz respeito às memórias da época escolar, foram identificadas falas que relatam a dificuldade de acompanhamento por parentes ou responsáveis no desenvolvimento infantil, seguidas por vezes de discursos que apontam para o desejo, mesmo que talvez distante, de retorno aos estudos e para a busca pela garantia de permanência dos filhos na escola, embora tal permanência esteja submetida a provações semelhantes às vivenciadas pelos pais.

Mas quem mora na rua vai estudar pra quê? Não tenho tempo de estudar. Não tenho tempo de pensar em estudar. Tem tempo de pensar em estudar quem tá em casa, sai de manhã, chega de noite, vai pra escola. Aí pensa. Mas quem tá na rua, não. Quem tá na rua pensa no quê? De arrumar um dinheiro pra guardar. Não pensa de tá na escola de noite, porque, se for pensar pra

ir pra escola de noite, vai voltar pra rua de novo. Aí não adianta. Tem que tá na escola e da escola ir pra casa. Esse é o certo (...). Depois que eu concluí a quarta série que eu saí da escola e aí fui pra rua (Interlocutor 3, desempregado, 36 anos, situação de rua).

E você acha que seus pais acompanhavam seu desempenho na escola?

Deveria (*sic*) (...). Não acompanhou (*sic*) (...). Eu acho que não acompanhou (*sic*); acredito que não tiveram tempo, né? Mas podia (*sic*) fazer um esforço, como a gente faz hoje, né? Podia fazer um esforço. Eu acredito que não teve tempo, mas sempre pra alguma coisa um tempinho a gente arruma, né? (...). Eu parei de estudar, parei de estudar cedo, com uns 14 anos, parei de ir pra escola. Aí mudou tudo, eu perdi um bocado de coisa; inclusive, agora mesmo tô querendo voltar a estudar, com fé em Deus (Interlocutor 5, pescador, 24 anos, morador de São Lázaro).

Como descreve o interlocutor 6, comerciante e morador do Residencial Jardim Cajazeiras, sua trajetória está permeada por obstáculos ao acúmulo de capital cultural, já que “não consegui mais [continuar na escola], que tinha que parar pra ajudar meus pais”. Ainda na infância, época em que se deparou com a carência de alimentos, necessitou assumir trabalhos para custear os encargos domésticos. Chegando à idade adulta, sempre “trabalhando e ajudando meus pais em casa”, tornou-se incontornável seu alistamento no exército, já que seu pai “não aguentou mais pagar nada pra mim”. Segundo o entrevistado, este argumentou que “eu não vou ter condições de pagar nada pra você (...), vá cuidar de sua vida. Você já é bem prático, vá simhora”. Após uma estadia de seis meses no exército, voltou a trabalhar, uma vez que “precisava ajudar meus pais em casa”, assumindo uma ocupação no ramo da construção civil em Minas Gerais. Atualmente, embora aponte para a melhoria das condições de vida, tanto as suas quanto as de seus filhos, relata grave insegurança financeira, alavancada pela dificuldade de cadastro no Bolsa Família e acesso à aposentadoria.

Entretanto, destacar a socialização familiar pela privação como uma experiência de necessidades insatisfeitas não significa argumentar a inexistência de solidariedade no seio da esfera doméstica. Devo demarcar que a privação diz respeito às espécies de capital que condicionam a garantia de patamares mínimos de bem-estar em uma sociedade de mercado. Dessa forma, a negatividade do conceito não está vinculada à interpretação de tais trajetórias enquanto desprovidas de reciprocidades próprias ou modos de vida característicos. A problematização dos relatos visa suprir essa lacuna analítica, levando em conta a importância da definição do tipo para além da limitação da ausência. A incapacidade de garantir trajetórias positivas de bem-estar pode combinar-se, então, ao desenvolvimento de trocas na rede de parentesco, ainda que com resultados limitados.

Eu nunca deixei de ter contato com minha família, nunca. Meu negócio é porque briguei e saí por causa do meu padrasto. Pronto, só isso. Mas sempre tô no contato com minha família (...). Continuei vendo minha mãe, sim (...), que eu sabia onde ela trabalhava, tinha contato, passava o final de semana na casa de minha tia. Ficava lá de boa, ia ver minha mãe (...). Por incrível que pareça, hoje, se eu chegar em casa hoje, claro, minha mãe vai me receber de braços abertos. Porque eu me considero ser (*sic*) um bom filho (Interlocutor 3, desempregado, 36 anos, situação de rua).

Segundo o interlocutor 3, a manutenção dos vínculos familiares, principalmente por meio de sua mãe e irmã mais velha, possibilitou o usufruto de recursos, ativados em momentos de maior insegurança financeira e necessidades advindas da situação de rua. Para o entrevistado, é de extrema importância passar alguns dias na casa de parentes, para descansar do desgaste devido à ausência de domicílio. Ainda, logo após a saída de casa, devido a uma briga com o padrasto, o entrevistado encontrou, na casa de uma tia, abrigo e possibilidade de emprego. Ademais, vê-se que a ativação de recursos na socialização familiar pela privação visa garantir a supressão de demandas básicas, não projetando maior estabilização da trajetória ou acesso às espécies de capital. A capacidade do interlocutor 3 de prover sua filha de recursos encontra-se, levando em conta o desemprego e a situação de rua, comprometida. Salta aos olhos que a aceção anterior acerca do tipo, vinculada à reprodução intergeracional da precarização das condições de vida, se encontra fortemente ilustrada nessa trajetória:

Quando eu posso, dou a despesa [para a filha]; quando eu não posso, também não (...). Se eu tivesse nesse momento condições agora, eu daria o que ela quisesse, poderia dar o que ela quisesse. Assim, “escolha o que você quiser aí”, só para ver ela feliz, de coração. Mas nesse momento, infelizmente (Interlocutor 3, desempregado, 36 anos, situação de rua).

De maneira semelhante, dando prosseguimento à discussão sobre o suporte familiar, a interlocutora 7 descreve o papel da família em sua infância. Devido à baixa idade de seus pais, a entrevistada viveu até a adolescência na cidade de Berimbau, interior baiano, juntamente aos avós (“pais são os que criam”) e a dois primos, contando com a proximidade de parentes e vizinhos “que você tinha como família, né?”. Nesse contexto, seus avós, dois pequenos agricultores, eram responsáveis por garantir o sustento doméstico, embora a provisão de bens fosse incapaz de contornar as graves dificuldades financeiras. Nas palavras da entrevistada, a condição material da família, principalmente em épocas de seca, “era barril. Coisa de a gente comer café com farinha mesmo”. No que diz respeito à trajetória educativa, a interlocutora 7 lembra da grande distância entre a casa e a escola, em um local desprovido de transporte escolar, além de não contar, em razão

das longas jornadas de trabalho de seus avós, com acompanhamento diário nos estudos. Assim, passando a maior parte do dia sozinha, e obrigada a lidar com infraestrutura local insuficiente, “era eu e eu mesmo (...), mal dava pra estudar”.

Após um certo tempo, com o falecimento de seu avô, “ficou um pouco pior. Até porque meu avô mais que trazia as coisas pra dentro de casa, e aí minha vó teve que correr atrás (...), a dificuldade foi maior ainda. Mas a gente sobreviveu”. No entanto, devido à subsequente morte da avó, a entrevistada necessitou retornar a Salvador, passando a residir com sua mãe. A partir daí, a ausência dos avós, somada à inexistência de suporte afetivo nesse novo núcleo familiar, convergiu para um ponto de inflexão na trajetória da entrevistada. Em suas palavras, “foi muito complicado minha vinda pra cá, e tudo foi; a perda do meu avô, a perda da minha vó. Eu vim morar numa família que não tinha nada a ver com a minha, tudo foi atribulando na mente, sabe?”. Como estopim desse período, a interlocutora 7, na época com 16 anos, decide sair de casa, passando a vivenciar a situação de rua.¹⁰

É possível notar que a rede familiar, durante a infância da entrevistada, era percebida como uma importante fonte de suporte afetivo, embora desprovida dos recursos materiais. Se esse suporte não era suficiente para lidar com certas demandas, como a insegurança alimentar e o baixo acompanhamento escolar, mostrou-se essencial para a trajetória da interlocutora 7, que se percebia amparada e querida. A ruptura brusca de tais vínculos acarretou um momento de grave mal-estar, visto que “quando eu fui pra rua, eu tava em depressão realmente, por tudo que eu perdi”. Outro entrevistado assim inicia a fala sobre sua família:

Minha mãe criou oito filhos. Sem pai, minha mãe doméstica, ganhando um salário mínimo. Criou oito filhos. Oito filhos minha mãe criou. Sem nenhum pai! (...) E ia pra feira, na Cesta do Povo, no mercado, eu pedia, “ô freguês, me arranja uma reciclagem, uma sobra aí, freguês! Que eu não tenho nada, tô com fome, pra eu levar pra casa”. (...) Aí levava as caixas de verdura. Eu vinha de lá, catava nos baldes do lixo, ó. Bolo, pedaço de pão, saco de pão duro. Torrada, levava pra casa; “ô mainha”, minha mãe acertava, botava manteiga, botava tudo no forno (...). Tinha vez que eu pegava saco de bolacha e minha irmã levava pra casa; fruta, tomate bem machucado, e minha mãe pegava, que minha mãe é cozinheira, trabalhou em restaurante, faz todo o tipo de comida. Minha mãe faz todo o tipo de comida, rapaz, é cozinheira.

10. Hoje, a entrevistada reside em um conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida (MCMV), localizado no bairro Estrada Velha do Aeroporto, participando ativamente do Movimento da População de Rua de Salvador. A participação no movimento é apresentada como outro ponto de inflexão em sua trajetória, levando à formação de uma nova família, como gosta de ressaltar. A interlocutora 7 atualmente trabalha como secretária na sede do movimento, localizada no Pelourinho.

Isso você pequeno?

Pequeno, com 10, 12, 15 anos (Interlocutor 4, guardador de carros, 33 anos, morador do Nordeste de Amaralina).

Vê-se nessa fala a ativação, em um contexto de grave insegurança alimentar, de uma rede de solidariedade doméstica voltada para a garantia de subsistência. Havendo uma combinação entre sobrecarga do trabalho da mãe – a partir de sua dimensão do trabalho pago, enquanto empregada doméstica, e não pago, cuidando da casa e dos filhos – e assunção precoce de responsabilidades, a socialização em apreço representa a baixa efetivação de direitos fundamentais. Nesse caso em particular, residindo em um domicílio com sua mãe e sete irmãos, o entrevistado destaca a busca por geração de renda ainda na infância, como catador de material reciclável, em decorrência da insuficiência do salário mínimo materno. Devido à jornada extenuante de trabalho da mãe, esta se ausentou do ambiente doméstico. Tal ausência trouxe consigo a necessidade de ativação de nós da rede familiar situados fora do domicílio, capazes de arcar com o cuidado das crianças. Além disso, de maneira análoga à responsabilização precoce no mercado de trabalho, nesse período, ganha realce a exigência da atuação do interlocutor 4 na gestão da unidade doméstica:

Pra ganhar o pão de cada dia aqui, passei o pão que o diabo amassou. Suei, pegava, levava minhas irmãs pro colégio, ainda trazia minhas irmãs pra casa. Levava minhas irmãs pra creche, oxe. Fazia, ia pra padaria comprar pão (...). Minha mãe tem 57 anos, guerreira; eu tenho cinco irmãs, seis irmãos, cinco mulher e dois homens, tá entendendo? Sempre eu trabalhava, vendia latinha, vendia ferro, botava tudo num pano e ia pro mercado, ia pro negócio vender. Chegava lá, vendia, aí ia pra padaria comprar pão. Sempre na faixa de 5h30, 6h da noite, chegava em casa com R\$ 3,00, R\$ 4,00 de pão, uma manteiga, cafezinho, uma margarina, um litrinho de leite, todo dia, no café todo mundo. Que minha mãe trabalhava, era doméstica, cozinheira, fazia compra todo mês, R\$ 300,00. Pagava luz, água, e eu também sempre ajudava nas tarefas, na limpeza, irmão (Interlocutor 4, guardador de carros, 33 anos, morador do Nordeste de Amaralina).

Como esperado, a infância e a adolescência apresentam-se como temas essenciais na análise das narrativas. É notório que os arranjos familiares, pelo menos em sua idealização, se fundam na busca pela proteção dos indivíduos em seus diferentes ciclos de vida, levando em conta as carências específicas de grupos em idade não ativa (crianças e idosos). Porém, foi recorrente nas entrevistas uma evocação da “perda da infância”, devido às condições financeiras, às necessidades de trabalho precoce e à exposição a riscos.

Eu morava no bairro de Palestina, minha infância foi um pouco (...), praticamente, eu não tive infância na verdade. Não fui daquelas crianças de sair pra brincar, entendeu? (...) Eu acho assim, eu não tive uma infância como as crianças normais têm. De brincar, ir pra praça; essas coisas assim, não tive. Perdi minha mãe com 10 anos de idade. Com uns 12 anos pra 13 anos, eu fui criada por uma pessoa que eu não conhecia, entendeu? Que me adotou praticamente. Não fui criada pelo meu pai e fui vivendo minha vida assim, batendo a cabeça ali, a cabeça acolá (...). Algumas [jovens] têm mãe, têm pai pra ajudar, né? Pra ir pra balada, essas coisas. Não, eu não sou disso. Nunca fui disso, até mesmo porque, se eu fosse pra gastar dinheiro na balada, eu não ia comer (Interlocutora 1, desempregada, 25 anos, moradora de Valéria).

Eu realmente não tive essa parte de infância. Eu venho de uma fase muito esquisita. Pra sobreviver, é uma guerra. Na verdade, tive, porém, que me envolver com outras pessoas de índoles mais perigosas pra poder sobreviver, porque não tinha pão. E, conforme seja, fui levando, levando, levando, não tive infância. A minha infância, graças a Deus, hoje eu tenho pra meus filhos, não tive (Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras).

Não, só em casa mesmo, com minha mãe, minha mãe guerreira. Lavava roupa pra ganhar. E eu que ajudava ela, inclusive passava o ferro era eu. Que minhas irmãs era tudo menorzinha, e só eu que era o cara. Ela lavando, eu (...). No dia da entrega, era eu também (...). E minha história é essa aí. Sofrida como garoto, em São Paulo fui (*sic*) que eu [vivi] minha infância [após a idade adulta] (Interlocutor 6, comerciante, 64 anos, morador de Jardim Cajazeiras).

Mudanças intergeracionais mostram-se, da mesma forma, importantes para uma redefinição das práticas familiares; especialmente, as relativas à constituição de novas famílias e à passagem de indivíduos para a idade ativa. Segundo o interlocutor 4, se antes a condição financeira de sua família era “fraca”, hoje em dia se verifica uma melhoria, já que “dois irmãos já estão grandes, corre, cada um faz o que quer, faz o trabalho seu”. A escolaridade mostra-se como um importante indicador de melhoria das condições de vida, estando os irmãos “tudo cheio de série (...), tudo segundo grau, terceiro grau”. Não obstante, sua mãe “trabalha, não tem nada, só tem Jesus”; percurso seguido pelo próprio entrevistado – assim como por alguns de seus parentes –, limitado a uma posição de extrema vulnerabilidade que se baseia no abandono dos estudos, no trabalho precário e nos baixos rendimentos. Assim, a ascensão socioeconômica de familiares denota certa independência em relação à família de origem, em uma espécie de experiência “fronteira” intergeracional, na qual certas características da socialização familiar pela privação se misturam com a socialização familiar protetiva.¹¹

11. A respeito deste parágrafo, agradeço a Marco Antônio Carvalho Natalino por sugestões que propiciaram a revisão e o aprofundamento da análise.

Prosseguindo com a argumentação do tipo, revela-se importante a interpretação dos entrevistados sobre o acesso ao domicílio, em especial no que diz respeito às relações de parentesco, às mudanças espaciais e ao investimento de recursos. Seja em moradias autoconstruídas em bairros desprovidos de bens e serviços, seja em habitações advindas de benefício por política habitacional, também em áreas desprovidas de bens e serviços, o domicílio apresenta-se como importante indicador das trajetórias. Evidentemente, no bojo da ausência de quantidades satisfatórias de capitais, a moradia que serve de espaço para a socialização familiar pela privação reflete a desigualdade de classes. Surgem nas narrativas discursos sobre a dificuldade de acesso a educação e saúde nos locais de habitação, somada às condições de vida inadequadas e aos obstáculos para a obtenção de emprego.

Eu acho que, na parte da saúde, falta bastante. Lá tem posto, mas nem sempre tem médico. Na parte da farmácia, nem sempre tem medicamento. No módulo policial, é a mesma coisa; tem módulo policial, mas nem sempre tem polícia. Na última vez [em] que eu fui, eu nem consegui. É tanto que o posto tá lá, é tanto que eu nem vou (Interlocutora 1, desempregada, 25 anos, moradora de Valéria).

Se eu não fizesse esse ciclo de localização de amizade aqui, eu não sobreviveria, porque aqui você não tem como ganhar real [dinheiro, por meio do trabalho]. (...) Deveria ter um pouco mais é um posto médico aqui, que aqui é insuportável. Uma lotérica, ave maria (...), mas diz que é com o tempo, né? Mas atendimento médico aqui é horrível. Se você precisar de uma emergência aqui, você, ave maria, você tá doido. Tem até uma salvação aqui que é os carros aqui, quando alguém cai doente, tem um socorro. Aqui tá horrível esse negócio de, você imaginar, pra uma emergência, tá horrível. Aqui, era pra ter um posto aqui mais perto. Uma lotérica, um negócio assim. Tem nada (Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras).

Não sei a opinião dos outros [sobre o MCMV], mas a minha, tô bem. Tô bem, que eu dormia numa caminha de solteiro com ratazanas passando por baixo. Quando chovia, a água também passava por baixo, e eu deitado em cima, com uma banquinha, com uma tevezinha deste tamanhinho, e deixava a água passar, pra no outro dia eu ir limpar (...). Enquanto der pra mim poder pagar aí tudo, com a ajuda do pessoal que me dá forças aí, pra mim tá ótimo (...). [Sobre o deslocamento na cidade após o benefício pelo MCMV] Não, um pouco mais difícil. Lá na suburbana, é bem melhor. Bem melhor, porque aqui ficou contramão (...). [Sobre o acesso a serviços] Bom, nós nos deslocamos para Pau da Lima (Interlocutor 6, comerciante, 64 anos, morador de Jardim Cajazeiras).

Determinados investimentos são vistos como positivos, como as mudanças de bairro ou o incremento do domicílio. Como lembra o interlocutor 4, ao falar da casa da sua mãe, ela “foi mudando, foi mudando, que era de tábua, de tábua passou para bloco. De bloco. É melhor, equipou (...). É, é pouco, Deus é, que é dois quartos, cozinha, banheiro, sala, todo equipado, cheio de móveis, cheio de coisa”. Entretanto, a despeito

da possibilidade de trajetórias positivas nesse sentido, a moradia em locais precários, ou a ausência de moradia própria, devido à situação de rua ou à dependência de parentes, permanece como elemento definidor do modo de vida dos interlocutores.

Caminhando para o encerramento desta seção, entendo como importante a evocação de certos atributos da esfera familiar que são apresentados como demarcadores de uma posição social. Dessa forma, como afirmou o interlocutor 5, a classe baixa seria definida pela ausência de carro e casa, “porque eu moro na casa de meu sogro, com criança”. Além disso, a sua caracterização enquanto membro da classe baixa dar-se-ia “porque trabalho muito, ganhamos pouco e temos pouco tempo pra gente”. Difícil encontrar uma síntese mais precisa acerca da fragilização da reprodução na socialização familiar pela privação, visto que a impossibilidade de tempo para a esfera privada, para além da jornada de trabalho exaustiva, significa menos investimentos voltados para os vínculos estabelecidos no âmbito familiar.

Como já foi possível antever, outro elemento que fundamenta a categorização das famílias é a segurança – ou a insegurança – alimentar. O acesso estável da família à comida termina por diferenciar alguns interlocutores de outros submetidos à privação de alimentos, enquanto a dificuldade de acesso à alimentação demarca trajetórias negativas. A alimentação adequada é apresentada como algo a ser alcançado diariamente, não assegurado, demandando uma disputa por recursos extremamente escassos para garantir a subsistência familiar. Outros indicadores, como a situação de rua, terminam igualmente por identificar a vulnerabilidade extrema, por vezes correspondendo a uma autoidentificação do indivíduo.

Rapaz (...), se for botar num raio x, eu vivo até melhor que um bocado, viu? Mesmo desempregado. Eu tenho escolhas pra comer, não tenho horário pra comer, como à vontade, não me falta nada; pra mim, não me falta nada. Pra agora, pra mim, só o que me falta mesmo é segurar esse menino e ver eles crescer. Porque o resto (...), tudo eu dou os pulos (Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras).

Não vou mentir pra você, já passei fome em casa. Vou falar pro senhor aqui, ó, eu já comi farinha com pimenta! (...) Tem vez que eu passo o dia todo, de manhã, 7h da manhã até 10h da noite, tem vez que eu chego em casa assim 9h, pra comer uma besteira, pra tomar um cafezinho, beber uma agüinha, comer um pãozinho, comer um pouco de comida, um arroz, comer um ovo (...). Tomando, no tempo de chuva aqui, pra ganhar um trocado, R\$ 10,00, R\$ 15,00, R\$ 20,00, pra levar pra casa pra comprar uma carne, um feijão, dia de domingo, dia de sábado, pra comer eu, mãe, a família, comprar alguma coisa (Interlocutor 4, guardador de carros, 33 anos, morador do Nordeste de Amaralina).

O que é dos outros é dos outros, o que é meu é meu. O pouco que eu tenho, eu vivo daquilo ali que eu tenho. Se precisar comer do lixo, eu como de novo do lixo. Não tenho vergonha pra nada (...). Só os que moram na rua mesmo [a qual seria a posição mais vulnerável na sociedade]. Às vezes, tem gente que tem casa, tem tudo, mas não tem o que comer dentro de casa, que adianta? Aí tem que vir pra rua pra poder pegar comida; uma equipe, que passa equipe de noite (Interlocutor 3, desempregado, 36 anos, situação de rua).

Por fim, deve-se ter em mente que a construção tipológica não fundamenta uma visão determinista e finalista sobre a experiência familiar. Embora sejam possíveis significações positivas a partir da tipologia, a socialização familiar pela privação evidencia um conjunto de indivíduos que compartilha, por meio de formas específicas de viver em família, uma dada posição de classe. Devo salientar, ainda, que a “falha” do arranjo familiar no que diz respeito à reprodução de seus membros não consiste em um elemento patológico do vínculo. Na realidade, a socialização familiar pela privação traz à tona tendências pelas quais os indivíduos, em um determinado “lugar” no espaço social, acessam e ressignificam as experiências cotidianas do parentesco em um contexto de estratificação extrema por classes.

4 SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PROTETIVA

Em linhas gerais, a socialização familiar protetiva é definida pela conformação de uma rede de suporte cotidiano ancorada na família, tendo em vista a transmissão de recursos e o desenvolvimento de práticas de ajuda mútua. Diferenciando-se da socialização familiar pela privação; neste tipo, verifica-se a garantia de patamares mínimos de bem-estar, de maneira associada à neutralização dos processos de vulnerabilidade intrafamiliares. Entretanto, as trajetórias na socialização familiar protetiva estão sujeitas à gestão de quantidades escassas de capital, com obstáculos concretos ao trânsito dos indivíduos para posições situadas em estratos de classe superiores.

Cabe afirmar que a diferenciação entre a socialização familiar protetiva e a socialização familiar pela privação não se dá por meio de uma “potência de vontade”, ou devido a um suposto contraste entre interações virtuosas e disfuncionais na dinâmica dos arranjos familiares. Argumento que a distinção entre os tipos advém das posições de classe definidas de maneira relativa, estando a posse de espécies de capital estabelecida enquanto condição para a assunção da família como esfera capaz de arcar com os custos da reprodução social.

Nesta seção, deter-me-ei em narrativas que apontam para um conjunto de práticas familiares que proporcionam a circulação de bens, serviços e ações recíprocas na rede de parentesco. Visto isso, dois elementos destacam-se como essenciais para a compreensão do tipo. Em primeiro lugar, por meio de uma temporalidade expandida, os entrevistados reportam-se à transmissão intergeracional de oportunidades que possibilitam, mesmo que de maneira limitada, certas trajetórias positivas de trabalho e escolaridade. Em segundo lugar, é nítida a sobrecarga da família em garantir a proteção de seus membros, levando ao limite as capacidades familiares em lidar com intempéries diárias. Como discutirei mais detidamente, tal sobrecarga está ancorada, entre outros fatores, na exploração do trabalho feminino, tanto pelo trabalho não pago quanto pelo remunerado. Para dar conta desses elementos, opto por debruçar-me inicialmente em duas narrativas, almejando a construção gradual do tipo e evidenciando o compartilhamento, pelas trajetórias singulares, de um modo de existência específico.

Para a interlocutora 12, a família seria uma esfera capaz de prover ajuda cotidiana, levando em conta a disponibilidade do cuidado nos diferentes ciclos de vida. Durante sua infância, a principal função da família era garantir o acesso à escolaridade, algo que a diferenciaria da “classe baixa”, propiciando à entrevistada ter “o pouco do estudo”. Hoje em dia, a interlocutora 12, a única provedora de uma casa com quatro crianças – com rendimentos advindos do trabalho como costureira e do benefício pelo Bolsa Família –, encontra na família um importante auxílio para o cuidado de seus filhos, já que necessita passar grande parte da jornada diária fora de casa, trabalhando em um pequeno empreendimento na Barroquinha. Ademais, ao constituir uma nova família, a entrevistada iniciou a construção de um domicílio no segundo andar da casa de seus pais, no bairro de Plataforma, contando com o apoio de uma tia na aquisição de recursos e materiais de construção. Algo evidentemente de extrema relevância, devido à importância da proximidade territorial para a ativação da rede familiar, somada à possibilidade de acesso à moradia em contexto de alta de preços das terras urbanas. Atualmente, nos diz a entrevistada, sua casa está passando por uma reforma, cujo principal objetivo é garantir maior conforto para seus filhos; empreitada também despendida com a ajuda de parentes.

Sintetizando sua fala e comparando-a a pessoas que estariam em posições entendidas como desprivilegiadas em nossa sociedade, a interlocutora 12 diz: “pouco ou muito, eu ainda tenho ajuda assim, de minha família, em algumas coisas. Tem pessoas que não têm apoio de ninguém, né? De ninguém mesmo. Pessoas que não têm a chance que eu tenho”. Contudo, a função da família em prover suporte aos seus membros encontra, na socialização familiar protetiva, elementos que denotam esgarçamento de seu campo de

atuação. No caso em apreço, a entrevistada relata que a ajuda de familiares não ofusca a necessidade de repassar parte da responsabilidade da gestão domiciliar para sua filha de 11 anos. Como afirma, “minha filha de 11 anos, ela que cuida do irmão de 4 anos e da menina de 6 anos (...), ela que organiza tudo”.

Outra entrevistada apresenta elementos igualmente importantes. Cabeleireira e moradora do Bairro da Paz, filha de uma diarista e um metalúrgico, a interlocutora 10 relata ter vivenciado em sua infância grave escassez de bens essenciais, com destaque para a experiência de insegurança alimentar. Segundo ela, seu pai mostrava-se ausente do cotidiano da família, cabendo à sua mãe (“pai e mãe da gente”) responsabilizar-se pela gestão do domicílio e pelo acompanhamento do desenvolvimento dos filhos. Residindo com seus pais e cinco irmãos, a entrevistada aponta ter assumido precocemente encargos domésticos, posto que “desde meus 7 anos, assumi a casa (...), fazer comida, cuidar da minha irmã, lavar roupa, limpar a casa”. Ganha realce que tais encargos eram percebidos como necessários para a remuneração familiar, permitindo a participação de sua mãe em atividades para além do domicílio, por meio do trabalho assalariado. No entanto, com uma infância resumida a “trabalho, casa, escola e casa”, a interlocutora 10 sustenta que o elemento mais relevante para sua biografia foi a presença materna. Embora tenha passado por situações de carência de bens e serviços, sua mãe “sempre cuidou da gente, sempre enfatizou que a gente tinha que estudar e tinha que ter um futuro diferente do dela”. A dinâmica do cuidado materno, nesse caso, se dava a partir da duplicação da jornada de trabalho, desenrolando-se entre atividades remuneradas e em dias de descanso.

Continuando seu relato, a entrevistada revela ter engravidado aos 17 anos, momento em que decidiu, juntamente a seu marido, dividir uma moradia. Como o trecho a seguir destaca, o compartilhamento de responsabilidades entre ela e o cônjuge, embora com maior responsabilização da interlocutora,¹² possibilitou o revezamento na busca pelo acúmulo de capital cultural. Em suas palavras:

Então, a gente decidiu, quando eu tava grávida, que iríamos morar juntos. Ele ia terminar os estudos dele, eu ia cuidar do bebê. Quando ele terminasse o dele, ele ia olhar o menino pra mim, pra eu terminar os estudos, e assim a gente fez. E daí depois que eu tive o meu primeiro filho, eu voltei a estudar, aí fiquei grávida cinco anos depois, aí parei, aí quando meu filho fez uns 2 anos, retomei pra estudar e fui fazer o curso de cabeleireiro pra ter uma profissão. E ele continuou

12. Conforme pode ser percebido no trecho: “no início era difícil pra conciliar casa e trabalho. Porque era eu sozinha, meu marido saía cedo pra trabalhar”.

trabalhando, e a gente sempre se ajudou. Quando tenho uma necessidade de fazer um curso, ele suporta a carga da casa, e, quando ele precisa viajar pra fazer um curso, eu também assumo a casa como se ele estivesse presente (Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz).

Nos dias atuais, a interlocutora 10 reporta a importância da família na organização de um projeto de vida para si e para seus entes mais próximos, denotando a centralidade do planejamento da esfera familiar, tanto no âmbito econômico quanto nas trocas de favores cotidianos, para sua trajetória individual. Como diz a entrevistada, “quando você projeta uma boa família, você sabe que no futuro você vai contar com ela”. Apontando estar inserida em uma rede de parentesco com forte proximidade territorial no bairro, o que ela chama de condomínio familiar, a interlocutora associa a família à capacidade de lidar com situações de incerteza, em oposição à condição de estar “sozinho na vida”. Vê-se, neste caso especificamente, a conformação de uma rede de parentesco em seu sentido mais amplo, na qual convivem um conjunto de famílias nucleares relacionadas pela consanguinidade. Nesses termos, a experiência do vínculo familiar seria uma forma de contornar períodos de insegurança, já que “quando você tem alguém que você possa contar, você tem tudo”. Seguindo com seu argumento, questiona: “e você sozinho na vida, você vai depender de um vizinho? Vai sempre ficar na incerteza”.

Se a principal preocupação financeira da família era, durante sua infância, garantir a alimentação adequada, para a interlocutora “a minha preocupação financeira hoje em dia é manter o padrão de qualidade de vida pros meus filhos”. O elemento mais sensível atualmente, tendo em vista esse objetivo, é a experiência da jornada exaustiva do trabalho desempenhado pela entrevistada, sendo necessária a ajuda de familiares para o acompanhamento dos filhos. Buscando lidar com essa dificuldade, a interlocutora decidiu, após o incremento dos rendimentos, contratar uma pessoa para realizar os afazeres domésticos, oportunizando sua dedicação completa ao trabalho. Da mesma forma, sendo a interlocutora 10 gerente de seu próprio negócio, a interrupção do trabalho em ocasiões adversas levaria à grave insegurança financeira de sua família, situação na qual a rede de parentesco apresenta possibilidade e necessidade de ativação:

Tipo, pra eu trabalhar nos finais de semana, que às vezes eu subo às 6h da manhã e desço 10h, 11h da noite, minha irmã olha minha filha. Se ela precisar sair, eu cuido da filha dela. Se estiver alguém internado, doente, minha cunhada já cuida do filho de todo mundo. Então, a gente sempre se ajuda nesse sentido (...). O meu comércio não precisou fechar porque eu fiquei doente de repente; eu tive uma pessoa que podia assumir por mim, e o período que eu fiquei de resguardo não fechou, então eu tenho muita pessoa pra cuidar. Tanto amigos e família (...). Como eu achei

quem olhe a minha filha hoje, que tem vezes que eu ficava assim me perguntando “meu Deus, porque têm pessoas no mundo de hoje que dê tanta atenção, tanto amor, como se o filho fosse dele, muito obrigado, Senhor”. E um dia, lavando roupa, ele me despertou “filha, você também cuidou do filho dos outros, você cuidou bem. Então, você tá colhendo o que você plantou. Então, a gente faz coisas boas lá na frente, e a gente recebe aqui (Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz).

Em síntese, a experiência familiar da interlocutora 10 funda-se na divisão de encargos, possibilitando a conciliação entre o cuidado com as crianças e o término do ciclo educativo, este último complementado pela qualificação para o trabalho. Notadamente, esse processo denota a combinação entre a mobilização de capital social, por meio de uma rede densa e ancorada no território, e o acesso ao capital cultural. Entretanto, a simples distribuição de encargos não garantiria, por si, a posse das espécies desejadas de capital. Para que seja possível o acúmulo gradual de capitais, é necessário que o arranjo familiar seja, em certa medida, previamente detentor de espécies de capital, possibilitando sua circulação intra e intergeracional.

Como vimos na socialização familiar pela privação, a fragilização da função protetiva da família não decorre da ausência de solidariedade familiar, ou da inexistência de circulação de recursos nas relações de parentesco. O que se apresenta à leitura é que a posição de classe da família, vista de maneira geral, condiciona os resultados efetivos da solidariedade familiar, produzindo potencialidades ou obstruções para o alcance da mobilização de recursos. Como exemplos, podemos nos recordar das narrativas que relatam a escolha imperativa e precoce entre trabalhar ou estudar, bem como a impossibilidade de superação da insegurança alimentar e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Por sua vez, na socialização familiar protetiva, vê-se a garantia de recursos básicos, muito embora o acesso continuado às espécies de capital seja apresentado como algo em disputa, efetivado de maneira ainda limitada. Assim, os nós da rede familiar são evocados como mecanismos capazes de amenizar situações adversas com efeito negativo ao bem-estar familiar.

Nos casos anteriores, observei redes de parentesco com diferentes tamanhos e amplitudes de circulação de recursos, abarcando indivíduos vinculados por laços consanguíneos em um território. Porém, o tipo pode, para além de uma ampla rede de parentesco, ser representado por outras manifestações particulares. É notório, por exemplo, que a família nuclear, em seu sentido mais restrito, pode vir a integrar a tipologia, levando em conta a atribuição de papéis na esfera doméstica e a formação de vínculos significativos para as trajetórias. Como diz um dos entrevistados, o interlocutor 8, “meu pai geralmente

saía pra trabalhar, e minha mãe ficava tomando conta da família (...), meu pai sempre conseguiu o necessário para que a gente conseguisse sobreviver, para que a sobrevivência fosse possível”. Tais atribuições se expandiam até o entrevistado, já que “geralmente, como eu era o mais velho, na maioria das vezes, eu ficava com os meus irmãos mais novos”. De maneira semelhante, o interlocutor 13 afirma que “a gente morava de aluguel, eu saía pra trabalhar, ela [a esposa] ficava em casa, aí minhas filhas começaram a nascer; uma fazia 1 ano, a outra nascia, aí [a esposa] ficava em casa tomando conta das meninas”. Salta aos olhos, nos dois casos, a relevância da divisão sexual do trabalho na configuração dos papéis familiares.

Por seu turno, o interlocutor 9 lembra ter vivenciado, a despeito das lembranças de adversidades após o falecimento da mãe, certa estabilidade nas suas condições de vida, já que o pai “nunca deixou faltar nada”. Trabalhando atualmente como barbeiro no Bairro da Paz, o entrevistado declara que foi possível montar seu próprio negócio por meio da ajuda do irmão, uma importante fonte de auxílio material e influência em sua vida. Observa-se, segundo o interlocutor 9, que o irmão passa a desempenhar gradativamente uma tarefa de zelo e acompanhamento, como um papel herdado da mãe após o falecimento. Em decorrência desses fatores, as falas do entrevistado vinculam o núcleo familiar ao compartilhamento e à complementaridade das demandas cotidianas, possibilitando, a partir da inserção dos parentes no mercado laboral, o acesso a níveis satisfatórios de consumo. Para o interlocutor, seus familiares propiciam “sempre uma ajuda pra [eu] me manter”, estando a família caracterizada como algo a se “recorrer” em situações de maior insegurança, quando “fazer uns corres ali, outros aqui” não são o bastante:

Na verdade eu recentemente abri essa barbearia e tal, aí meu irmão como trabalha com (...). Aí ajuda um ao outro assim, cada um tem sua tarefa assim em casa, trabalha de uma forma que é a pintura; eu trabalho com barbearia, e aí como cada um quando tem uma dificuldade precisa de alguma coisa, ajuda assim um ao outro (...). Eu acho que obrigação é, de cada um o fato de trabalho mesmo. Acho que tem que ter o compromisso de cada um, para que venha a se manter, de várias formas. Materialmente também, né? Bem-estar de cada um (Interlocutor 9, barbeiro, 21 anos, morador do Bairro da Paz).

Da mesma forma, as narrativas podem evidenciar o parentesco como uma esfera mutável, na qual as práticas de entreatajuda e as possibilidades de ativação de recursos se modificam em determinada temporalidade. A expansão e a contração da rede de parentesco devem ser analisadas, então, como algo processual, não dado *a priori*. Segundo a interlocutora 11, uma secretária moradora do bairro de São Caetano, enquanto seu pai ainda era vivo, via-se acesso estável a bens, levando em conta sua atuação no mercado

de trabalho. Após o falecimento do pai, desponta a responsabilização de sua mãe para a geração de renda, com destaque para um trabalho como empregada doméstica, sucedido por um cargo em uma empresa de transportes. A entrevistada, por sua vez, na época com 13 anos, necessitou trabalhar em uma gráfica, uma vez que “a gente tinha que ser adulto antes do tempo, então tinha que ter responsabilidade de ir pro trabalho e ir pro colégio”. Residindo com sua mãe e cinco irmãos, ambiente em que “todo mundo trabalhava e estudava”, a entrevistada nos relata um período entendido como negativo em sua trajetória:

Minha mãe, minha mãe ficava com a gente, porque na época ela não trabalhava, que nós éramos pequenos. Entendeu? Então, particularmente, pai e mãe era bem presente (*sic*). E meu pai morreu, eu tinha 9 anos; de lá pra cá que a vida da gente não teve muito sossego, né? Não foi aquela coisa boa, não, a gente sofreu muito. Até passar necessidade. Então fez com que eu, com 13 anos, já fosse adulto, né? Que imagine você, que eu tive que antecipar tudo; eu pulei da fase de criança pra fase da adolescência, quem disse? (...) E aí a gente foi. Foi uma vida muito sofrida, muita labuta, pra tudo. Poxa! Mas também nunca deixou de estudar (Interlocutora 11, secretária, 53 anos, moradora de São Caetano).

Porém, pouco tempo depois, passou a residir com os avós, etapa narrada como positiva para suas condições de vida. Como destaca, “dali que eu vim ter mais um sossego; tinha minha farda, tinha toalha, alimentação era melhor”. Em um ambiente doméstico com melhores condições financeiras, a entrevistada associa a mudança de habitação à obtenção de recursos antes inacessíveis, com impacto para sua escolaridade. Posteriormente, ela e a avó retornaram ao domicílio de sua mãe, em um momento em que “a casa não era toda construída”, sendo que “depois a gente [membros da família, com destaque para os irmãos] conseguiu [construir], começamos a trabalhar, aí construímos a casa, mobília; aí que a gente foi tendo uma vida melhor”.

Em suas falas sobre a vida adulta, a entrevistada reafirma a centralidade da família em sua biografia, levando em conta, principalmente, o acesso a ocupações. Nos momentos em que se deparou com a situação do desemprego, após uma atuação no polo petroquímico como cozinheira, relata ter iniciado com sua irmã atividades que garantiram a remuneração familiar, dando bancas e vendendo quentinhas. Em seguida, a rede familiar mostrou-se fundamental para a expansão de contatos, já que a irmã, usufruindo da proximidade com um sindicato, indicou-a para seu emprego atual. Hoje em dia, sua família mora em São Caetano, em um terreno apresentado como “de família”, onde está “todo mundo assim, no seu cantinho”. Residindo apenas com a filha, estudante de um curso técnico de enfermagem, a interlocutora nos diz que a melhoria

gradual das condições de vida teria sido transmitida continuamente entre as gerações, visto que sua filha atualmente possui maiores oportunidades do que as experimentadas durante sua juventude. A entrada da filha na idade adulta também foi vista como um elemento positivo para o bem-estar familiar, em decorrência da iniciação no mercado de trabalho como promotora de vendas.

Antecipei, a partir de discussões transversais, as características do acúmulo dos capitais econômico e cultural na socialização familiar protetiva. A seguir, dedicar-me-ei a uma discussão mais detida, verificando de que forma os entrevistados narram tais processos em diferentes ciclos de vida. Merece atenção que, ao contrário da socialização familiar pela privação, neste tipo, o que fundamenta os discursos não são as necessidades insatisfeitas, mas as diferentes possibilidades de acesso às espécies de capital, levando em conta a disputa pelo acesso limitado. Portanto, as narrativas evocam os limites para a garantia da escolaridade, de maneira associada à precariedade das condições de infraestrutura e às obstruções para permanência na escola. Isso por motivos diversos, tais como a não adequação do jovem ao contexto escolar e a ausência de perspectivas futuras.

A questão de dificuldade mesmo [é] só a condição de estudo, a dificuldade de você ter acesso à educação de qualidade; você buscar capacitações e muitas vezes não conseguir, você precisar de dinheiro e muitas vezes você não ter pelos valores de curso que você deseja fazer, às vezes é caro (...). E a adolescência foi isso, curso, trabalho e a convivência com o bairro (Interlocutor 8, desempregado, 31 anos, morador do Bairro da Paz).

A escola da gente era difícil. Porque, num bairro grande, pra uma só escola, quando chovia, inundava as casas, tinha queda de barranco, e aí as pessoas ficavam na escola. Então assim, a gente não teve uma base muito boa, porque hoje você estudava, no inverno você ficava sem ter aula porque a escola às vezes servia de abrigo. Mas a gente sempre, os pais da gente sempre incentivou (*sic*) a gente a estudar (Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz).

A gente ia sozinho, porque tudo era perto do colégio, né? Então, nós íamos só. Naquele tempo, pra eu estudar à noite, minha mãe teve que assinar um termo de responsabilidade. Então, minha mãe assinou um termo de responsabilidade, e aí eu passei a estudar à noite, e, quando eu chegava do trabalho, minha mãe já tava com um guarda-pó, que antigamente era guarda-pó, depois passou a ser blusa, aí a gente ia pro colégio (Interlocutora 11, secretária, 53 anos, moradora de São Caetano).

Fui à escola, mas não entrava nada na cabeça (...). Frequentava, mas não entrava, não entrava; fazia a coisa, mas não desenvolvia, aí peguei e parei. Não continuei, porque já não tava dando certo; aí quando foi, continuei trabalhando (...), mas era porque não entrava as coisas assim. Achava que eu tava ali atrapalhando (...), mas aí eu olhava assim, “eu não tô produzindo aqui, não dá pra mim” (Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã).

Entretanto, a característica fundamental da socialização familiar protetiva é a atuação da família como potencializadora das chances educativas, minimizando as adversidades cotidianas. Como evidenciei no corpo desta seção, os entrevistados descrevem, de maneira bastante rica, a neutralização de certas obstruções à escolaridade, desfrutando da proteção ao trabalho infantil – ou, quando este ocorre, garantindo a conciliação entre trabalho e escola –, e o acompanhamento do desenvolvimento escolar por parentes. Então, o tipo deve ser compreendido com base em uma tensão constante, produzida pelo choque entre a existência de obstáculos à trajetória escolar e a mobilização da rede familiar para a garantia de percursos positivos. Da mesma forma, enquanto se verifica o acesso estável a recursos básicos, salta aos olhos a instabilidade de investimentos mais decisivos, capazes de alçar os indivíduos para esferas que ultrapassam as condições originárias da unidade doméstica, tais como o ingresso no ensino superior e a inserção em postos de trabalho com melhores rendimentos.

Conforme observado nas falas das interlocutoras 10 e 11, a escolaridade era garantida, em grande parte, pelo acompanhamento materno aos estudos, assim como pela relativa estabilidade da renda familiar. Por sua vez, o interlocutor 9 destaca que sua precoce evasão escolar foi percebida como negativa pelo irmão, que lhe reiterou a necessidade de estudar, “porque as coisas não estão fáceis, tem que estudar mesmo, porque sem estudo a gente não consegue objetivo bom”. Como resultado, o entrevistado retornou recentemente ao ensino fundamental, “porque ele [o irmão] influenciou bastante”. Da mesma forma, lembrando a interlocutora 12, ganha relevância que a principal característica que a distanciaria das famílias de “classe baixa” seria a possibilidade de permanência na escola, levando em conta as condições materiais e o acompanhamento familiar. Contudo, suas falas revelam a dificuldade, nos dias atuais, de estar presente na vida escolar dos filhos. Como diz, “eu gostava de toda semana tá no colégio, pra ver como tava o acompanhamento de meus filhos”, mas devido ao trabalho como costureira “eu não posso mais parar pra fazer isso”.

Ademais, as narrativas fundamentam-se em uma demarcação de fronteiras intergeracionais, pelas quais as trajetórias dos entrevistados permitem, quando é o caso, o incremento da escolaridade dos filhos. Se, para o interlocutor 13, seus estudos foram obstruídos pelo fato de não “entrar nada na cabeça”, em uma inserção laboral precoce e caracterizada por lapsos de acesso à educação, seus filhos encontraram condições de permanência na escola. Portanto, o acesso à escolaridade e a entrada no mercado de trabalho terminam por distinguir as gerações, já que todos os filhos concluíram o

ensino médio e não foram submetidos à pressão para a geração de renda durante a infância.¹³ Nas suas palavras:

Pelo menos, meus filhos não trabalharam dia a dia; tomar chuva de madrugada pra sair, que nem eu fiz. Saía pra tirar leite, né? Meus filhos não teve (*sic*) isso (...). Teve outra vida, eles tiveram outra vida. A gente não explorava eles não, e sempre cobrando o estudo, né? Porque na vida não tive isso, mas eles têm que ter um estudo. Amanhã, depois, não chegar, tá num lugar, não dar uma carta e ser preso por aquilo ali que não sabia o que tava acontecendo. Eles sabem (...). Mas já com meus filhos, eu dei tudo, não tem ninguém formado, porque eles não quis (*sic*), mas todo mundo tem seu terceiro ano completo, aí não foram pra faculdade, porque filho crescido a gente não vai mais forçar a ele (*sic*) fazer as coisas. Se quer, a gente vai ajudar, agora não quer (...). Não é isso? Eu penso assim (Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuá).

Quando possível, a partir do incremento da renda familiar pela trajetória ocupacional, vê-se também que o investimento no sistema privado de educação é descrito como importante. No entanto, existem limites visíveis para o acúmulo de capital cultural, com realce para a dificuldade de inserção no ensino superior, privilegiando-se o ingresso em cursos técnicos. Mesmo assim, as entrevistas asseguram uma diferenciação positiva em relação às gerações passadas.

As diferenças [entre sua escolaridade e a de seus filhos], porque a vida financeira melhorou. Meus pais não podem (*sic*) pagar uma escola particular pra gente ter uma boa formação logo na infância; então, é a diferença que nossos filhos veio (*sic*) já pra isso, pra uma escola particular. Então a gente se preocupa com a alfabetização deles. Então, eles estão tendo uma boa base de alfabetização, porque, quando ele chega da segunda série em diante, a gente já bota no governo. Eles estudam particular até a segunda série. Porque eu acho que vai ter uma base pra ele seguir pro resto da vida (Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz).

[Continuou estudando] Até me formar. Meu irmão também se formou. Isso tudo minha mãe trabalhando, trabalhando, cuidando de casa. Entendeu? Estudava, não tinha livro. Não tinha lápis. Até hoje, eu falo pra minha filha: aproveite tudo que você tem, porque eu, da sua idade, eu não tinha um terço (...). Na verdade, assim, ela [filha] sempre estudou em colégio particular, pequena. A gente botou no colégio, e continuou. Depois, eu me separei, fui morar em São Caetano, ela fez “mainha, eu quero estudar no Adventista”. O pai foi e matriculou lá no Adventista. Depois, ela veio pro Santa Clara, e aí foi pro Odorico; pronto, finalizou o curso dela e fez vestibular pra nutrição. Ela passou. Mas aí a gente ficou sem recurso pra poder pagar, nem eu, nem o pai dela. Aí a gente pegou, não fez a matrícula dela. Aí eu fiz assim “Lai, pra você não ficar parada, por que

13. Nesse caso em particular, os filhos acompanhavam o trabalho da mãe durante a tarde, “fazendo as coisas, iam com ela, chegava lá, ficava lá trabalhando, iam já com a bolsa ali. Quando dava no horário de ir pra escola, ia, estudava de manhã; de tarde, iam pra lá ajudar ela”.

é que você não faz um curso?” (...) Ela fez “é, mainha”, eu “veja aí o que você quer”. Aí ela olhou, olhou, fez assim “é, mainha, eu acho que eu vou fazer técnica de enfermagem”. Aí ela tá fazendo esse curso (Interlocutora 11, secretária, 53 anos, moradora de São Caetano).

Os dados contribuem para o desvelamento das particularidades das demandas familiares submetidas aos indivíduos. Se na socialização familiar pela privação os projetos fundam-se na centralidade do trabalho precoce para a manutenção domiciliar, na socialização familiar protetiva a garantia da escolaridade assume importância primordial. Quando ocorre entrada no mercado laboral, a partir do trabalho propriamente dito ou a partir do acompanhamento do trabalho dos pais, essa inserção é vista como um elemento secundário, parcial, não constituindo obstáculo intransponível à escolaridade. Com isso, a possibilidade de dedicação aos estudos pelas gerações mais novas é vista como um importante indicador de triunfo da trajetória familiar.

Aprofundando essa discussão, na socialização familiar protetiva, vemos o surgimento de discursos que apontam para a qualificação por meio de cursos pagos com reconhecimento institucional. Porém, vale ressaltar que o acesso a tais cursos depende da ativação de recursos familiares, por vezes limitados; elemento que dificulta a qualificação formal em algumas trajetórias. Por conseguinte, outros mecanismos podem ser utilizados, como o aprendizado laboral no próprio seio da família.

Mas alguns cursos profissionalizantes que tinha (*sic*) na comunidade, eu sempre procurei fazer. E aí vai, teve recuperador predial, trabalhava com questão de construção civil, reparador de eletrodomésticos, arte-jardinagem (...). Aí tanto no curso básico quanto manutenção, *softwares*, essas coisas. Mas tomei cursos básicos também, nada aprofundado. E alguns cursos na área de gestão, elaboração de projetos, trabalho em equipe, grupos, essas coisas, foram alguns dos cursos que eu fiz, porque, assim, sempre gostei de participar e tá sempre presente quando tinha tempo (Interlocutor 8, desempregado, 31 anos, morador do Bairro da Paz).

Retomei pra estudar, e fui fazer o curso de cabeleireiro pra ter uma profissão (...). Aí, aos meus 20 anos, eu fui trabalhar num salão como manicure, e lá peguei gosto por fazer cabelo, e comecei a fazer o curso; com 22 anos, já tinha meu próprio negócio (...). Pra fazer uma boa profissão (...), eu tenho que me dedicar ao máximo. Tanto nas atualizações da moda, tudo que tá vindo, e sempre cursos novos. Que as empresas, a cada dia, tão nascendo novos produtos, então eu procuro sempre tá renovando, melhorando, nesse sentido, e dar o melhor de mim (Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz).

Eu mesma aprendi vendo ela [mãe] costurar. Em casa, eu fiquei trabalhando em casa com minha mãe, fazendo facção. Que aí que eu fui exercer o cargo de costura; foi em casa, costurando com ela (...). Fiquei uns dois anos trabalhando com ela assim, em casa; depois, eu fui pra rua, trabalhar na rua.

Foi que eu comecei a ficar fazendo bico, aí depois eu fui trabalhar em uma empresa, na Brasil Gás, fiquei um ano e pouco na Brasil Gás trabalhando de costura (Interlocutora 12, costureira, 30 anos, moradora de Plataforma).

Por seu turno, o acúmulo limitado de capital econômico, submetido a projetos familiares duráveis, desenrola-se por meio de trajetórias ocupacionais positivas, embora em empregos recorrentemente precários. Todavia, as práticas familiares na socialização familiar protetiva convergem para a consolidação de condições mínimas para o engajamento estável em determinadas ocupações. Isso se dá, principalmente, a partir da circulação de recursos convertidos em investimentos voltados para a qualificação e para o incremento do próprio negócio. Outros elementos, como a atuação de membros da família no cuidado de crianças, servem como potencializadores da atuação dos indivíduos em diferentes profissões, possibilitando o cumprimento de longas jornadas de trabalho. É justamente com base em jornadas exaustivas que se dá o limitado acúmulo de capital econômico, somando-se a isso o tempo gasto em grandes distâncias percorridas entre os locais de moradia e os postos de trabalho.

Além disso, as famílias almejam um planejamento econômico que possibilite o acesso a bens e serviços de maneira continuada, estando a renda voltada, em grande parte, para impostos, consumo e serviços básicos. Como apontou a interlocutora 12, para a garantia das demandas familiares, “eu que tenho que saber administrar [o salário]”, enquanto o interlocutor 13 afirma que “a gente [ele, esposa e filhos], quando vai fazer uma coisa, a gente planeja”. No entanto, ganha espaço nas entrevistas a gestão de recursos voltados para investimentos pessoais e familiares. Segundo o interlocutor 9, por exemplo, a maior parte do dinheiro ganho como barbeiro é direcionada para o local de trabalho, sendo possível, por meio do compartilhamento de encargos com seu pai e irmão, que ele permaneça “investindo mais aqui, no trabalho mesmo, para poder, que venha a, ganhar mais”.

A interlocutora 10, de maneira semelhante, argumenta ser responsável pela poupança familiar, enquanto seu marido se volta para as contas da casa. Como diz, “a gente guarda de uma certa forma, pra poder investir em nós”, orientando parte da renda familiar para a compra de terrenos e incremento do domicílio. Concluindo sua fala, afirma: “a gente tá dividindo as contas e sempre pensando no futuro. Pra amanhã, no futuro, nossos filhos terem alguma coisa, e, enquanto estivermos vivos, pra poder usufruir do suor do nosso rosto”. Os dados coadunam, pois, com a ampliação da temporalidade

do planejamento familiar na socialização familiar protetiva, em contraste à socialização familiar pela privação, pautada no resolvimento de demandas emergenciais.

No que diz respeito às trajetórias ocupacionais, adensando a discussão relativa ao capital econômico, a esfera familiar é evocada como uma rede que possibilita o ingresso em postos de trabalho antes inacessíveis. Além da interlocutora 11, que ilustrou esse ponto por meio do contato de sua irmã com um sindicato, outro entrevistado, o interlocutor 13, afirma que sua mudança do interior para Salvador se deu por meio da mediação de uma tia, que também subsidiou sua entrada no mercado de trabalho:

Esse rapaz, o zelador lá do prédio que minha tia trabalhava, o Monte Belo, ele conhecia aqui o pessoal, ele passou aqui perguntando se tava precisando de uma vaga; minha tia falou com ele, “arrumar um trabalho pra meu sobrinho”, ele chamava Carlos. “Seu Carlos, você arruma um trabalho aí pra meu sobrinho? Ele veio do interior, aí tá precisando trabalhar” (...). Aí, quando chegou um dia, em 1976, minha tia chegou lá, mandou uma carta primeiro, se eu queria vir pra Salvador trabalhar. Aí eu disse que queria. Com 13 anos. Aí, ela foi me buscar e eu vim (...). Vim pra aqui com minha tia, vim morar com minha tia, aí ela pegou e arrumou esse trabalho aqui, eu vim aqui em 13 de novembro de 1976. No dia 12 de dezembro de 1976, eu entrei aqui, com 13 anos e dois meses (...). Vim trabalhar de zelador (Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã).

Prosseguindo com essa linha de pensamento, as falas convergem para a importância da posse, em seu sentido mais amplo, para a demarcação de fronteiras intergeracionais. Voltada para a capacidade de colher, mesmo que minimamente, os frutos do próprio trabalho, a evocação da propriedade aparece como significativa nas entrevistas. Entretanto, isso só se torna possível pelo direcionamento quase completo dos indivíduos em idade ativa ao mercado de trabalho. Como afirma a interlocutora 11, a partir da necessidade do esforço exaustivo para a manutenção do domicílio, “você não tem lazer, você não tem nada”. Outros entrevistados demarcam a importância de usufruir dos rendimentos do trabalho, sendo este um elemento significativo para as autopercepções de classe.

Não depender de trabalhar pros outros, ser minha própria patroa. Tanto que eu nunca tirei carteira de trabalho, porque eu nunca desejei isso. Trabalhei uma vez só pros outros. Hoje tenho meu próprio negócio, graças ao Senhor Jesus. Porque eu queria ter uma vida diferente, poder proporcionar pros meus filhos o que eles não puderam proporcionar pra mim. Porque eles ajudaram os outros a enriquecer e não tiveram nada. E aí eu sempre, desde a minha adolescência, eu cheguei a essa visão, poder trabalhar pra mim, porque o suor que eu trabalhar vai ser pra mim. O fruto, sou eu que vou colher o que eu plantar. Então eu trilhei esse caminho, e graças a Deus eu consegui (Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz).

Porque aí eu vim pra cidade grande, sabendo que quem contar alguma coisa diferente, tudo, na vida, tinha que vir pra cá crescer, né? Crescer na vida. E com o objetivo de ter primeiramente um teto, uma casa. Esse era meu sonho, sempre foi meu sonho. “Não, vou ter uma casa”. Que meu pai sempre morou em fazenda com o que é dos outros, sabe? Trabalhava pros outros, sempre morou no que é dos outros. Não era dele, ele tinha coisas, animais, mas a terra não era dele, trabalhava pros outros. Então eu achava aquilo ali, “meu pai trabalha, não é dele isso aqui”. Sempre ele trabalhava, fazia uma roça dele, mas a terra não era dele. Ele era empregado daquilo ali, amanhã ele vai embora dali, não leva nada. Aí sempre eu olhava cá, “não, quando tiver, vou ter o que é meu” (Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã).

Certamente, um dos principais aspectos que sintetiza o acesso à propriedade é o domicílio. Nesses casos, o incremento da moradia representa um investimento de longa duração, possibilitando a reforma da casa, a mudança do local de moradia e/ou a superação do aluguel. Nota-se que o domicílio é percebido como um local que condiciona o conforto familiar, da mesma forma que serve como um indicador de ascensão social visível para o ambiente externo. De maneira mais específica, na socialização familiar protetiva, o acesso à moradia é evocado como o produto de uma disputa geracional ainda em curso, que ganha concretude por meio da inserção laboral relativamente estável do entrevistado ou de parentes próximos.

Pra quem morou em casa de taipa, de chão, e hoje ter uma laje, uma casa de bloco, totalmente diferente (...). De positivo, velho, tem muita coisa, né? Como eu falei, o bairro hoje é um bairro que podemos dizer que consolidou (...). Mas acho que um dos fatores principais que mudou (*sic*) é isso; acho que as pessoas hoje se sentem mais seguras nesse quesito de que posso construir minha casa, investir o dinheiro nela para ter uma estrutura de moradia boa, e não vou correr o risco de vir aqui derrubarem, me jogarem pra fora da minha casa. Então, assim, [isso é] uma das coisas principais (Interlocutor 8, desempregado, 31 anos, morador do Bairro da Paz).

Porque eu cresci num barraco com meus pais. No início do meu relacionamento, fui morar com minha sogra. E depois construímos a nossa casa. E, assim, era (*sic*) dois cômodos pra se tornar em quatro; cozinha era cozinha e quarto. E a sala era uma sala e quarto, e agora a gente tem nosso quarto independente, nossos filhos também; temos uma área de recepção. Então, mudou muita coisa. (...) Porque é uma casa pequena, mas eu tenho tudo que eu quero, posso proporcionar conforto pros meus filhos (...). E, assim, eu tenho que, se as pessoas que viram eu passar necessidade aqui de repente vê (*sic*) eu ter o meu carro, já tenho meu próprio negócio, tenho uma casa melhor. Poder construir um patrimônio aqui pra mim vai ser gratificante, então eu não tenho necessidade de sair daqui, não (Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz).

E quando eu fui morar com minha esposa, não tinha casa; a gente foi morar de aluguel, mas com aquele objetivo, que a gente tinha que morar de aluguel, mas não é nosso, a gente vai comprar o

que é da gente. Aí batalhando pra comprar aquilo. A gente comprou lá em Itapuã, construímos nossa casa, um quartinho, começou com um vãozinho de 3 metros por 3. Saímos do aluguel e fomos morar, daí fomos crescendo; hoje, graças a Deus, tenho uma casa de laje, um lazer pra minha família (Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã).

Como foi possível apontar nesta seção, embora, em um sentido mais abrangente, a socialização familiar protetiva represente a possibilidade de trajetórias positivas, a atuação da família em arcar com custos da reprodução social não fundamenta uma ampla mobilidade de classe, ao contrário do que uma perspectiva dita “familista” poderia vir a embasar. Demarcando posições com acesso limitado às espécies de capital, o tipo em análise aponta para trajetórias também limitadas. Contudo, se anteriormente caracterizei a socialização familiar protetiva a partir da gestão de quantidades escassas de capitais, é preciso que se demarque o sentido dessa escassez.

Distanciando-se da socialização familiar pela privação, neste tipo, as demandas básicas estão asseguradas pela família, observando-se o atendimento de expectativas associadas ao amparo familiar. Tais expectativas estão vinculadas ao acesso a bens e serviços essenciais, a partir da garantia de segurança alimentar e do estabelecimento de suporte para o término dos estudos e para a inserção no mercado de trabalho. Não obstante, para além desse ponto, os recursos em circulação, ainda que complementados pelas práticas de entreatajuda, são limitados, obstruindo projetos mais ambiciosos de mobilidade social. Se, por um lado, o acesso a patamares mínimos de bem-estar emerge como algo já conquistado, por outro, o acúmulo das espécies de capital desponta como algo não garantido, ainda em jogo, submetido à mobilização de um conjunto de práticas familiares voltadas para sua efetivação.

Na socialização familiar protetiva, o suporte fornecido pela família, a partir da geração de renda, do acompanhamento das crianças e da proteção ao trabalho infantil, revela a escolaridade como objetivo central da reprodução familiar. Como vimos, em grande parte dos casos, isso só é possível pela ativação de parentes localizados fora do domicílio, convergindo para a relevância da conformação de redes interpessoais centradas no território. Entretanto, embora a existência de redes amplie a capacidade do indivíduo de acessar recursos, postos de trabalho e serviços, as redes por si não garantem trajetórias positivas. Assim, tais redes de influência, que estão associadas à posse de capital social no sentido bourdieusiano, condicionam o alcance do suporte fornecido pela família.

Por fim, a dita socialização protetiva não parte de uma perspectiva sobre a família fundada em práticas consensuais, ou na conformação de uma comunidade doméstica garantidora de benesses irrestritas ao indivíduo. Afirmo, sobre esse assunto, que a atuação da esfera familiar se ancora na divisão sexual do trabalho, com manifesta sobrecarga da atuação feminina. Deve-se ter em mente, então, que a família se apresenta como um espaço de negociações e de conflitos, no qual a distribuição de poder se dá de maneira desigual entre seus membros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar das experiências familiares, instituí os indivíduos como unidades de análise, escolha que repercutiu em algumas consequências importantes. Por essa via, ganha relevo o caráter processual e mutável da socialização familiar, uma vez que diferentes momentos das biografias são passíveis de apreciação e significação. Em decorrência, as narrativas evidenciam como a assunção de diferentes papéis, associados, por exemplo, à filiação, ao matrimônio e à paternidade/maternidade, reposiciona o indivíduo em uma rede familiar, formulando novas obrigações e expectativas.

Notadamente, o esforço tipológico representa um empreendimento de alto valor explicativo, extrapolando a descrição dos relatos, ao estabelecer um conjunto de propriedades que define certas classes de condições de existência (Bourdieu, 2013). Ao debater-se a forma com que recursos materiais e simbólicos circulam por meio da esfera familiar, os resultados da pesquisa convergiram para a elaboração de dois tipos de socialização familiar nas classes populares, denominados de socialização familiar pela privação e socialização familiar protetiva.

De maneira resumida, os dois tipos distinguem-se pelo montante de capitais disponíveis, bem como pelo desenvolvimento de práticas de aprendizado que objetivam diferentes repertórios de ação. Se a socialização familiar pela privação é caracterizada pela disputa por recursos básicos, especialmente pautada na busca pela segurança alimentar, a socialização familiar protetiva aponta para a garantia de patamares mínimos de bem-estar, muito embora recursos mais decisivos, como o direcionamento de membros ao ensino superior e a inserção estável no mercado de trabalho, sejam apreendidos como de difícil acesso. Da mesma forma, os tipos evidenciam padrões diferenciados

de planejamento e divisão do trabalho: a socialização familiar pela privação, por meio do ingresso precoce de jovens no mercado laboral; e a socialização familiar protetiva, por intermédio da centralidade da trajetória escolar. Como esboçado anteriormente, creio que os argumentos apresentados podem subsidiar pesquisas no campo da política socioassistencial – em especial no que diz respeito à compreensão da esfera familiar nas classes populares, empreendimento central para a complexificação das discussões acerca da operacionalização da matricialidade sociofamiliar.

Os tipos assim produzidos dialogam fortemente com os conceitos de “ralé estrutural” e “batalhadores” desenvolvidos por Souza (2009; 2012). Contudo, uma análise mais detida da socialização familiar permitiu aprofundamentos importantes à temática, possibilitando a intersecção entre experiências que, em um primeiro momento, são tomadas como constitutivas de cada tipo puro – por exemplo, o desenvolvimento de forte solidariedade familiar, característica dos batalhadores; e a escassez de recursos, associada à ralé estrutural. Logo, além de acrescentar elementos importantes ao debate, este texto para discussão evidencia o caráter poroso dos conceitos, sendo possível observar experiências que se confundem em uma mesma trajetória.

Outrossim, não almejo aqui uma visão dual a respeito da esfera familiar, restando ao trabalho empírico o simples enquadramento tipológico. Ao tratarmos das classes populares, as análises revelam experiências que são constitutivas de posições de classe, levando em conta um conjunto de estratégias familiares que congregam a participação laboral, as tarefas de cuidado e as práticas de entreajuda. A partir do diálogo com os resultados deste texto para discussão, trabalhos posteriores podem ampliar a elaboração tipológica para outros estratos de classe, da mesma forma que serão capazes de explicar como trajetórias, observadas de maneira mais detida, transbordam e complexificam as características de cada tipo.

Vale ressaltar, por fim, que as entrevistas que constituem o *corpus* desta pesquisa foram desenvolvidas em uma grande metrópole; fator que demanda uma delimitação do alcance da análise. Investigações posteriores, dedicadas a trabalhos empíricos no contexto rural e em cidades de pequeno e médio porte, certamente serão profícuas em acrescentar novas contribuições ao debate.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2011. 224 p.

_____. **O senso prático**. 3. ed. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2013. 471 p.

DESLAURIERS, J.-P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 127-153.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 11. ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 64-89.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 11. ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 90-113.

PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In*: POUPART, J. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 154-211.

SOUZA, J. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 484 p.

_____. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 404 p.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Leonardo Moreira Vallejo

Revisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Hislla Suellen Moreira Ramalho (estagiária)

Lilian de Lima Gonçalves (estagiária)

Lynda Luanne Almeida Duarte (estagiária)

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza (estagiário)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



ISSN 1415-4765

